

MILENE ALVES TORQUATO

CAMINHOS DA EDUCAÇÃO

**O IF-Sertão e a Assistência aos
alunos da Zona Rural**



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

EXTENSÃO
RURAL

MILENE ALVES TORQUATO



Caminhos da Educação

O IFSertãoPE e a Assistência aos
alunos da Zona Rural

UNIVAS

JUAZEIRO/BA

2021

Conselho Científico:

Adelson Dias de Oliveira. Doutor em Educação e Contemporaneidade (UNIVASF)

Ana Maria Dubeaux Gervais. Doutora em Sociologia (UFRPE)

Arsenio Pessoa de Melo Júnior. Doutor em Engenharia Agrícola (IFSertãoPE/Petrolina)

Cecy Martins Silva. Doutora em Dentística (UFPA)

Clebia Mardonia Freitas Silva. Doutora em Educação Brasileira (UNILAB)

Daniel Mariano Leite. Doutor em Engenharia Agrícola (UNIVASF)

Ester de Almeida Souza. Doutora em Saúde Pública (UFBA)

Gertrudes Macário Oliveira. Doutora em Climatologia (UNEB/campus III/Juazeiro/BA)

Gevson Silva Andrade. Doutor em Ciências Humanas. (UPE)

Jairton Fraga. Doutor em Horticultura (UNEB/campus III/Juazeiro/BA)

Joelma de Oliveira Albuquerque. Doutora em Educação. (UFAL)

Jorge Luiz Schirmer de Mattos. Doutor em Zootecnia (UFRPE)

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira. Doutora em Desenvolvimento Sociambiental (UNIVASF)

Luciana Souza Oliveira. Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (IF-SertãoPE/Zona Rural/Petrolina-PE)

Marcia Bento Moreira. Doutora em Cirurgia e Experimentação (UNIVASF)

Moacyr Cunha Filho. Pós Doutor em Ciências Agronômicas (UFRPE)

Ramon Missias Moreira. Doutor em Educação (UNIVASF)

Regina Celeste de Almeida Souza. Doutora em Geografia (UFBA)

Tatiana Ribeiro Velloso. Doutora em Geografia. (UFRB)

© 2021 MILENE ALVES TORQUATO

“É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.”

Apoio técnico:

Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF

Arte, Diagramação e Capa:

Alexandre H. Reis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

A281	Caminhos da Educação O IF-Sertão e a Assistência aos alunos da Zona Rural/ MILENE ALVES TORQUATO – Juazeiro – BA: UNIVASF, 2021. 75p: il.:
	ISBN xxxxxxxxxxxx
	1. Assistência Estudantil. 2. Educação. 3. Políticas Públicas. I. Título. II. TORQUATO, MILENE ALVES
	CDD 631.58

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecário: xxxxxxxxxxxx, CRB 5 – 1458.



Atribuição-Uso Não-Comercial-Compartilhamento pela mesma
licença 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

Aos estudantes do IF Sertão PE, Campus Petrolina

O educando é o “sujeito” da educação (nunca o objeto dela). Se necessita da ação do outro, o professor, para se alfabetizar, instruir-se, isso não significa que seja o objeto “sobre o qual” o educador atua, e sim unicamente que é componente indispensável de um processo comum, aquele pelo qual a sociedade como um todo se desenvolve, se educa, se constrói, pela interação de todos os indivíduos

ÁLVARO VIEIRA PINTO

IN. *Sete Lições sobre Educação de Adultos*. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007.p. 64)

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
OS CAMINHOS DA PESQUISA	17
CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL	20
A dualidade entre a educação propedêutica e a tecnológica: um retrato da divisão de classes no Brasil	20
1.1 História e o processo de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica no Brasil	35
1.2 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: origem e histórico	42
1.3 O Instituto Federal do Sertão Pernambucano: a particularidade do Campus Petrolina	48
CAPÍTULO 2 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFSERTÃOPE	58
2.1 <i>A Política Nacional de Assistência Estudantil</i>	58
2.2 Assistência estudantil no IFSertãoPE/Campus Petrolina	63
CAPÍTULO 3 - O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES ORIUNDOS DE ÁREAS RURAIS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IF SERTÃO CAMPUS PETROLINA NO ANO 2018	72
3.1 <i>Características e aspectos de identificação sociocultural dos estudantes</i>	72
3.2 Características que formam perfil educacional dos estudantes	78
3.3 Características que formam o perfil socioeconômico dos estudantes e familiares ...	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87

APRESENTAÇÃO

Este escrito — que agora ganha a sua publicação após ter sido apresentado como o resultado do trabalho da pesquisadora Milene Alves Torquato, junto ao Programa de Mestrado em Extensão Rural, da Universidade Federal do Vale do São Francisco —, empreendeu a sistematização do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes oriundos da zona rural que são atendidos pela Assistência Estudantil do IF Sertão PE, Campus Petrolina, considerando seus costumes familiares, a escassez de políticas públicas e um desenho que se apresenta como um recorte da realidade brasileira. O leitor que seguir as linhas traçadas nesta obra, será conduzido pela autora a uma reflexão sobre a realidade social destes estudantes, de sua identificação sociocultural, educacional, e de aspectos que nos impõe o desafio de pensar o lugar da educação na mudança da realidade de sujeitos que, caso não sejam capazes de assumir as rédeas de sua própria destinação, estão previamente condenados a repetir a realidade de seus familiares. Pode a educação mudar o destino social dos educandos? Ora, não essa a sua vocação?

Os estudos de Milene Torquato contribuem para reflexões posteriores mais aprofundadas, mirando exatamente um olhar mais global sobre os impactos que a educação produz na vida das populações mais necessitadas, que estão destinadas, pelas condições materiais e sociais, a um destino de miséria que pode ser quebrado pela educação. De certo modo, a distinção entre uma educação profissional e uma educação propedêutica, tal como se constituiu na história recente da educação brasileira, releva traços de colonialismo que mantêm quadros desfavoráveis a uma educação emancipadora. Ao menos essa é a conclusão a que chega Torquato em seu capítulo introdutório, quando refaz marcas importantes do caminho de nossa educação, sobretudo dos anos de 1940 para cá. As reflexões da autora desafiam nossa capacidade crítica a pensar especificamente a finalidade da educação, mesmo que não coloque a questão nestes termos. Não seria efetivamente de interesse ao desenvolvimento do país que também a educação tecnológica promovesse uma formação propedêutica ao mesmo tempo em que forma para uma educação voltada para o trabalho? Não é essa consciência de classes —, se ainda podemos usar este conceito nos tempos atuais, com redesenhos importantes na própria forma de trabalho —, que permite modificações no destino de uma pessoa e de uma comunidade? Que a educação seja um direito e uma instância capaz de contrariar destinos que se impõem pelas condições materiais e sociais, pode ser observado nos textos das legislações brasileiras desde a Constituição Imperial, de 1824. Porém, houve momentos em que o próprio Estado se absteve da obrigação de oferecer educação primária.¹ A criação de condições para permanência dos estudantes na educação parece não se estender muito no tempo, sendo efetivamente muito recente. Como mostrou Thaís Imperatori “a questão

¹ Veja-se os estudos de Carlos Roberto Jamil Cury. “Estado e políticas de financiamento em educação” Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, Oct. 2007.

socioeconômica tem impacto direto na continuidade dos estudos.”² Ao mesmo tempo em que garante a educação como direito, o Estado deve criar políticas públicas que possam garantir essa permanência. A educação, pelas possibilidades que gera, pode vir a reverter a realidade socioeconômica dos estudantes.

A missão da Assistência Estudantil está precisamente em assegurar condições para que os estudantes alcancem essa finalidade. Mas qual o perfil dos estudantes oriundos da zona rural que necessitam desta política pública? Traçar este perfil permite lançar condições para efetivamente pensar este problema: o destino social dos estudantes é marcado pelas condições materiais e sociais —, sendo assim, a educação é mesmo capaz de mudar os rumos de uma vida? As contribuições de Milene Torquato visam lançar luz no conhecimento do tipo de estudante que, advindo da zona rural, busca nos serviços educacionais oferecidos pelo Instituto Federal, uma transformação de sua realidade. Quem são estes estudantes, quais as condições materiais, familiares, sociais, que caracterizam seus perfis?

Que bom que agora este trabalho vem a público, após a autora dialogar diretamente com pesquisadores tão competentes como o professor dr. Vanderlei Souza Carvalho (UNIVASF) e a assistente social, mestra Adriana Valeria Gomes Coriolano de Medeiros (IF-SERTÃO), que indicaram correções fundamentais para o aperfeiçoamento deste escrito. Agora, muitas outras pesquisas podem seguir diversos caminhos aqui traçados e iniciados, e expandir os estudos sobre a Assistência Estudantil e a necessidade se ampliar o escopo de políticas públicas que sejam efetivamente capazes de corrigir minimamente as desigualdades sociais que historicamente constituem a realidade dos brasileiros. A educação, em sua vocação social e intelectual, é, para muitos de nossos estudantes, a única possibilidade de contrariar seus destinos. Dar as condições para que os alunos permaneçam na escola e redirecionem suas vidas, por si mesmos, pelas oportunidades que a educação pode lhes dar, é, por si só, uma política fundamental pela qual vale a pena lutar. A ampliação destas políticas de assistência estudantil é um dever de todos nós, que nos dedicamos à educação. Aos que vão se aventurar por estas páginas, desejo a renovação de todas as esperanças.

Julho de 2021.

Prof. Alexandre H. Reis
(PPGEXR/UNIVASF)

² IMPERATORI, Thaís Kristosch. “A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira” Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017

INTRODUÇÃO

O objeto a ser estudado na presente dissertação é composto tanto pelo Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), quanto pelos estudantes do *Campus* Petrolina, oriundos de área rural, inseridos nesse programa. O interesse em pesquisar sobre esse objeto surgiu da vivência cotidiana da realização do trabalho como Assistente Social, na Coordenação de Políticas de Assistência Estudantil do IFSertãoPE *Campus* Petrolina, no qual são atendidos 213 estudantes de área rural, dentro do universo de 2.109 discentes matriculados no ano de 2018.³

Além disso, pesquisar sobre os estudantes de áreas rurais é de suma importância para o IFSertãoPE, pois, assim, a instituição terá a possibilidade de adquirir dados mais qualificados a respeito deste público, o que permite desenvolver ações e programas estratégicos, voltados para a valorização dessa população com seus saberes e suas lutas coletivas. Ou seja, ações que visem proporcionar não só a permanência material desses/as discentes, mas também a permanência simbólica.

Assim, ao remetermos a discussão sobre Educação enquanto política pública, é relevante ressaltar que ela está expressa na atual Constituição Brasileira, Artigo 205, como direito social, no título que trata da “Ordem Social”, no qual afirma que política de educação é direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Logo, a mais recente regulamentação dessa política ocorreu com a atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1996).

A partir disso, é importante destacar que a atual LDB propõe a organização dos níveis de ensino em educação básica e ensino superior. E dentro da educação básica, tem-se o ensino médio técnico que é, atualmente, disponibilizado pelo Governo Federal por meio da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Desse modo, no Sertão Pernambucano, destaca-se a atuação do IFSertãoPE, que, apenas no *Campus* Petrolina, oferece 21 cursos, distribuídos

³ Setor de Registro e Controle Acadêmico do IFSertãoPE/*Campus* Petrolina (2018) - Disponível em <<https://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/aluno/acao-ao-sage>>. Acesso em 13 ago. 2020.

nas seguintes modalidades de ensino: ensino médio técnico, técnico subsequente ao médio, tecnológico superior, licenciaturas e o Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Essa diversidade na oferta de cursos atrai um público heterogêneo com diferenças socioeconômicas de idade, gênero e cultura, fato que requer da Instituição uma equipe técnica e pedagógica ancorada na qualificação profissional multidisciplinar, além de programas institucionais que respondam às mais variadas demandas, trazidas pelos estudantes. Além da grande área de ensino, pesquisa e extensão que estão intrinsecamente interligadas, espera-se da Instituição respostas às demandas concernentes à cultura, diversidade, gênero, sexualidade, direitos humanos e principalmente às questões relativas às vulnerabilidades sociais e financeiras apresentadas pelos discentes.

Com isso, nas Instituições Federais de Ensino, o Programa Nacional da Assistência Estudantil – PNAES/2010 - é o responsável por responder às situações de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes. Esse programa tem como objetivo proporcionar, minimamente, igualdade de condições entre os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

No caso do IFSertãoPE, o PNAES/2010 disponibiliza assistência dos estudantes por meio de programas de acesso universal e seletivo. Vale ressaltar que, os programas de acesso universal agenciam as atividades voltadas à promoção da saúde, inclusão digital, atividades culturais e esportivas, apoio pedagógico, seguro de vida, merenda escolar, fardamento e ajuda de custo para eventos acadêmicos. Logo, para acessar esses auxílios, os critérios são poucos, basta o/a estudante estar matriculado/a na Instituição, em curso da modalidade de ensino presencial.

Já os programas de acesso seletivo são aqueles destinados a oferecer recursos financeiros dos estudantes comprovadamente de baixa renda, a fim de custear despesas acadêmicas, mas, principalmente, gastos com alimentação, moradia, transporte, material didático e o auxílio creche. Sendo assim, para acessar esses programas é necessário que o estudante participe de processo seletivo, por meio de edital público, o qual atende com prioridades discentes com renda *per capita* familiar inferior ou igual a um salário mínimo e meio, aqueles/as

oriundos de escola pública e matriculados em curso presenciais. A legislação atual não permite atender estudantes do ensino a distância.

Dessa maneira, durante o processo de seleção os estudantes participam de três etapas: inscrições com entrega de documentos, entrevista social e análise socioeconômica documental. Todo esse trabalho é realizado pela equipe de Serviço Social, o que possibilita aos Assistentes Sociais conhecerem a realidade social dos discentes participantes. E, durante todo esse processo, pode-se perceber que os alunos oriundos de áreas rurais e/ou comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores e ribeirinhos) estão entre os mais vulneráveis, visto que, são filhos de trabalhadores rurais, que muitas vezes sobrevivem apenas com recursos do Programa Bolsa Família e da atividade de agricultura familiar de subsistência.

Outro dado importante, verificado a partir do trabalho da equipe de Serviço Social, é que a maioria dos pais e familiares desses/as estudantes não tiveram acesso à educação escolar regular, logo, ter essa oportunidade, faculta a essa nova geração romper com o ciclo da pobreza estrutural (categoria historicamente construída pela sociedade de classes e pela divisão social do trabalho, dessa forma, é relevante ressaltar que não é um acontecimento natural, visto que, é consequência da concentração de renda e da apropriação individual dos bens sociais, econômicos e culturais produzidos coletivamente).

Contudo, a população da área rural ainda tem poucas condições, materiais e objetivas, de acesso à educação formal, haja vista que as instituições de educação estão disponíveis principalmente nos centros urbanos, de modo que, para se deslocar ou para conseguir se manter na instituição, é necessário que as famílias disponham minimamente de recursos financeiros.

Vale destacar que, segundo a Coordenação de Assistência Estudantil do *Campus* Petrolina, para executar todos os programas previstos na normativa institucional, que regulamenta os programas no *Campus* e que atende às demandas dos estudantes, conta-se apenas com recursos orçamentários financeiros próprios da assistência estudantil. Porém, nos anos de 2017, 2018 e 2019, os recursos disponibilizados pelo Governo Federal foram equivalentes, com pequenas variações, no entanto os valores repassados não acompanharam o aumento da inflação gerando uma defasagem financeira em relação à

demanda, principalmente na compra de gêneros alimentícios e na quantidade de auxílios disponibilizados para os discentes.

Portanto, a partir desses motivos apresentados aqui, consideramos que pesquisar sobre os estudantes de áreas rurais é de suma importância para o IFSertãoPE, pois possibilitará compreender suas origens e, muitas vezes, as situações de exclusão às quais estiveram submetidos, que os colocam numa condição de prioridade dentro de qualquer política pública desenvolvida pelo governo.

Desse modo, esse estudo teve como objetivo contribuir para criação de meios de avaliação do Programa de Assistência Estudantil do IFSertãoPE/*Campus* Petrolina. Para tanto traçamos as seguintes metas:

- a. Compreender a trajetória da educação tecnológica na história recente do Brasil;
- b. Conhecer o itinerário da criação do *Campus* Petrolina do IFSertãoPE;
- c. Analisar a Política Nacional de Assistência Estudantil e suas particularidades no IFSertãoPE/*Campus* Petrolina;
- d. Apresentar as características e aspectos de identificação sociocultural, educacional, socioeconômico dos estudantes e seus familiares.

Observemos que, de acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), as universidades refletem cada vez mais a realidade social, econômica e cultural da população brasileira. No ano de 2019, foi divulgada a quinta pesquisa realizada por essa associação no ano de 2018, com o objetivo de atualizar informações e dados sobre a realidade socioeconômica e cultural dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Essas pesquisas vêm sendo realizadas desde 1996 e desde então têm se apresentado a mais importante e principal fonte de dados para embasar programas na área de Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2019).

Vale ressaltar que isso ocorre devido ao caráter abrangente de dados, pois a pesquisa abrange informações como: perfil social, cor/raça, gênero/sexo, idade, estado civil, nacionalidade, escolaridade de pais/mães/responsáveis; situação econômica como renda e trabalho, bens e moradia; indicadores educacionais e acadêmicos anteriores e posteriores ao ingresso dos estudantes nas universidades federais, dentre outros.

Com isso, é possível analisar, de forma mais próxima possível da realidade, como o perfil dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras se apresenta. Nessa perspectiva, a Andifes afirma que a cada edição da pesquisa os dados são os mais próximos do perfil sociodemográfico do Brasil, pois os resultados mostram que as universidades são a representação da diversidade cultural, racial da população brasileira, mas que ao mesmo tempo repetem a desigualdade econômica.

A partir disso, a relevância da pesquisa justifica-se em desvendar as possibilidades e contradições do Programa de Assistência Estudantil do IFSertãoPE, que visa contribuir para permanência dos estudantes oriundos de área rural, matriculados no *Campus* Petrolina. Além de estimular o estudo sobre os programas da Política de Assistência Estudantis presentes no IFSertãoPE, o que permite perceber as possibilidades e contradições do acesso aos direitos sociais e das políticas públicas, enquanto estratégia de enfrentamento da questão social na sociabilidade capitalista.

Esta dissertação é composta por três capítulos: no primeiro, fizemos a análise sobre a dualidade entre a educação propedêutica e a tecnológica, na perspectiva da divisão de classes no Brasil. Analisamos a história e o processo de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica no Brasil, como também a origem e histórico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com ênfase *Campus* Petrolina do Instituto Federal do Sertão Pernambucano.

No segundo capítulo, estudamos a Política Nacional de Assistência Estudantil e sua implementação no IFSertãoPE, especificamente no *Campus* Petrolina. No terceiro e último capítulo, realizamos a sistematização do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes, oriundos de áreas rurais, atendidos pela assistência estudantil do IFSertãoPE/*Campus* Petrolina, no ano 2018. Para isso priorizamos as características e aspectos de identificação sociocultural, o perfil educacional e socioeconômico dos discentes e familiares.

E por fim, como produto deste estudo, elaboramos o e-book intitulado Assistência Estudantil do IFSertãoPE: sistematização do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes do *Campus* Petrolina, a partir do conteúdo da dissertação, com o objetivo de apresentar à comunidade os dados da pesquisa, de forma mais acessível e eficaz, já que o formato e-book pode ser acessado de

forma online e ficará disponível nas bibliotecas do *Campus Juazeiro da Univasf* e na biblioteca do *Campus Petrolina do IFSertãoPE*.

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Partimos do entendimento de Minayo (1999, p.23) ao trazer que pesquisa é “a atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade [...]um processo intrinsecamente inacabado e permanente”. Logo, a partir disso compreendemos que o termo pesquisa social “[...] reflete posições frente a realidade, bem como os interesses de classes e de grupos determinados”.

Nesta pesquisa, teremos como base o método dialético – do abstrato ao concreto - como um modo para apreensão da realidade como totalidade em movimento, no intuito de desvendar o cerne dos fenômenos sociais que estão em volta do objeto de estudo, o qual nos propusemos a analisar.

Segundo Marx (1989 *apud* MUNHOZ, 2006), nesse caminho do abstrato ao concreto, chega-se a determinações mais simples, o que consiste numa maior aproximação dos elementos realmente constituintes do fenômeno social proposto a ser estudado. Desse modo, entendemos que para a apreensão da totalidade social (complexos constituídos de complexos subordinados) presentes em torno do objeto a ser estudado, é necessário realizar o movimento de aproximações sucessivas da realidade. Entendemos esse movimento importante para que:

aquele concreto figurado (em princípio sensível, que se pode ver, quantificar às vezes até, mas que mesmo assim é abstrato porque não conhecido na sua essência, no por que de sua existência), vai se tornando cada vez mais percebido, no seu íntimo, pelo estudioso; vai deixando de ser abstrato – porque genérico - para constituir-se como compreensão em termos de essência, tendo em vista que, no processo de análise do mesmo, o sujeito foi conhecendo as determinações que o constituem (MUNHOZ, 2006, p. 27).

Nessa direção, Flick (2013, p. 126) acrescenta que “a pesquisa social é baseada em dados coletados com métodos empíricos. Em geral, [...] tem-se os métodos quantitativos e qualitativos”. Essa pesquisa social a qual nos propusemos a desenvolver é realizada no município de Petrolina/PE, o qual faz parte da mesorregião do Sertão do São Francisco Pernambucano.

A metodologia utilizada, que segundo Minayo (1999, p.23) corresponde “ao caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade”, será predominantemente qualitativa devido à natureza do objeto de estudo e aos objetivos.

Segundo Creswell (2010, p. 26), a pesquisa qualitativa:

(...) é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano [...] e honra um estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação.

Desse modo, as estratégias qualitativas utilizadas para a coleta de dados foram: a) pesquisa bibliográfica sobre a temática direcionada ao objeto de estudo proposto, tais como: a política de educação no Brasil, especificamente a partir da análise da dualidade existente entre a educação tecnológica e a propedêutica, na perspectiva da divisão de classes; b) a pesquisa de campo.

No que tange a pesquisa bibliográfica, detivemo-nos na criação, história e redimensionamento dos Institutos Educacionais que fazem parte da Rede Federal de Educação brasileira, analisando especificamente a origem e história do *Campus Petrolina*, do Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Além da criação da Política Nacional de Assistência Estudantil no Brasil e sua implementação no *Campus Petrolina*.

Já a pesquisa de campo se deu a partir da análise de questionários disponíveis no setor da assistência estudantil. Esses documentos foram entregues no referido setor pelos estudantes, junto a documentação específica para seleção que visava receber auxílios estudantis no ano letivo de 2018.

Os questionários são compostos por 25 questões fechadas e 04 questões abertas, separados em dois blocos, que tratam de informações do estudante e seus familiares - inicialmente com as informações gerais, tais como: idade, sexo, estado civil, cor/raça, orientação sexual, número de filhos e se o estudante possuía alguma deficiência e/ou necessidade específica de aprendizagem. Já o segundo bloco de questões aborda informações sobre composição familiar, condições de trabalho e renda, bem como acesso aos programas sociais do Governo Federal.

Tratam-se de instrumentais criados especificamente pelo serviço social, que tem o objetivo de auxiliar na análise socioeconômica que compõem processo seletivo de editais, porém em alguns casos esses documentos são compartilhados com equipe multidisciplinar, psicólogos, nutricionista, pedagogos e enfermeiros.

Vale ressaltar que, para este estudo os questionários foram previamente selecionados conforme objetivo da pesquisa, logo foram analisados apenas os

daqueles estudantes que informaram residência e domicílio na área rural. A partir disso, foi possível sistematizar: a) as características e aspectos de identificação sociocultural; b) informações sobre o perfil educacional e socioeconômico dos discentes e seus familiares, oriundos de áreas rurais, atendidos pela assistência estudantil do *Campus* Petrolina do IFSertãoPE, no ano 2018; c) conhecer a realidade social dos estudantes e suas famílias, incluindo as variáveis de escolaridade dos membros familiares e a atividade laborativa.

Com isso, as informações contidas nos questionários foram compiladas em um outro questionário, na plataforma online do *Google Forms*, e depois transformadas em gráficos e tabelas, o que possibilitou visualizar as informações de forma coletiva e fazer as análises dos dados.

Sendo assim, é importante destacar que, como toda pesquisa, a realidade planejada depende das condições objetivas vivenciadas, nesta não seria diferente. Inicialmente planejamos entrevistar estudantes e trabalhadores da educação que atuam na execução da Assistência estudantil, como também alguns servidores atualmente aposentados, que participaram da criação da instituição, porém a realidade sanitária de 2020 e 2021 não permitiu.

Logo, não foi possível pesquisar de forma satisfatória a história do *Campus* Petrolina, pois o material disponível não estava digitalizado, como também não pode ser acessada naquele período.

Desse modo, os sujeitos da pesquisa foram os estudantes do IFSertãoPE/*Campus* Petrolina, do sexo masculino e/ou feminino, com faixa etária entre 15 e 70 anos, residentes e domiciliados em áreas rurais e que tenham tido acesso aos Programas da Assistência Estudantil, no ano letivo de 2018.

Portanto, esta pesquisa assume o compromisso ético de realizar a divulgação dos resultados que será feita das seguintes formas: materialização da dissertação, apresentação oral na PPGExR e no IFSertãoPE/*Campus* Petrolina e confecção de um ebook.

CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL

A dualidade entre a educação propedêutica e a tecnológica: um retrato da divisão de classes no Brasil

Antes de dialogarmos acerca da dualidade entre educação propedêutica e tecnológica, é relevante ressaltarmos que a educação como prática, produção e socialização de conhecimentos produzidos coletivamente, logo adquire vários sentidos, dependendo da conjuntura sociocultural e econômica na qual a sociedade se encontra, ou seja no contexto da totalidade social⁴.

Sendo assim, no campo dessa temática, há espaço para diversos diálogos que chegarão na mesma direção, o conhecimento. Nessa perspectiva, a prática educacional popular ou institucionalizada, desde a sua gênese, converge para essa direção.

Dessa maneira, historicamente, observamos que os indivíduos se apropriam da educação, formal ou informal, da maneira que lhes é mais conveniente, seja para criar ou reproduzir as culturas dominantes vigentes ou como forma de adquirir lucros – característica do cenário atual. Nesse sentido, um fato importante a ser considerado é que a educação, em todos os seus níveis, contextos e definições, transforma individual e coletivamente a todos que alcança. Logo, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a educação contribui com ideias e ideologias que estão postas, visto que:

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e apropriam sua produção. (CFESS, 2013, p.16).

A partir disso, compreendemos que a política de educação formal, enquanto prática social, concretiza-se de acordo com contextos social, cultural, ideológico e econômico determinados, considerando que a realidade é dinâmica

⁴ A categoria totalidade significa, [...] “de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação a cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligadas entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas”. (Lukács, 1967, p. 240).

e as forças sociais agem dialeticamente. Sendo assim, iremos focar especificamente nos aspectos que constituem a “dualidade” entre a educação profissional tecnológica⁵ e a educação propedêutica⁶, sucedidos historicamente na educação brasileira, desde suas origens até a contemporaneidade.

Nessa direção, CIAVATTA (2008, p.04) acrescenta que:

Historicamente, o conhecimento sempre foi uma reserva de poder das elites [...] Na Europa, à medida que vai desaparecendo o aprendizado tradicional da oficina do artesão e o controle do saber pelas corporações de artes e ofícios, ocorre a criação de escolas e sua extensão aos trabalhadores produtivos.

Com isso, Ciavatta aponta que, no Brasil, a dicotomia das classes sociais⁷ também se revela no acesso aos bens e serviços produzidos socialmente, sendo assim, a educação é disponibilizada de forma dual para as diferentes classes. É relevante destacarmos que esse legado foi introduzido e se enraizou no tecido sociocultural desde o período escravista, perdurando até a atualidade com a discriminação histórica do trabalho manual.

Assim, a educação geral, na sua trajetória histórica, esteve reservada às elites dirigentes do país, enquanto a educação própria para a formação de mão de obra que atuava com o trabalho “pesado”, que requer mais esforço físico e repetitivo, era destinada aos órfãos e aos desamparados, ou seja, aos trabalhadores homens e mulheres da classe proletária.

Com isso, a proposta era substituir a cultura nativa pela cultura europeia. Ou seja, a educação trazida e desenvolvida pelos povos europeus era voltada à

⁵ A Educação Profissional Tecnológica, com o conceito originário em Marx, “se assentaria sobre uma concepção ampla e de formação integral e omnilateral do ser social que se caracterizaria, conforme Bastos (1998, p. 32) pela “integração do saber, do fazer, do saber fazer e do pensar e repensar o saber e o fazer, enquanto objetos permanentes da ação e da reflexão crítica sobre a ação”. Disponível em Dicionário de Educação Profissional da Saúde – Fiocruz. Disponível em <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edutec.html>. Acesso em 26 out. 2020.

⁶ Refere-se a uma educação iniciadora para uma especialização posterior. Como característica principal, temos uma preparação geral básica capaz de permitir o desdobramento posterior de uma área de conhecimento ou estudo. <<https://www.educabrasil.com.br/educacao-propedeutica/>>. Acesso em 23 nov. 2020.

⁷ De acordo com Celso Frederico (2009, p.256), a definição de Marx sobre as classes sociais “é a mais objetiva e dinâmica, pois considera que as classes sociais são definidas a partir do lugar que os indivíduos ocupam nas relações de produção e na divisão social do trabalho, onde uns detêm os meios de produção e outros apenas a força de trabalho, as classes fazem parte da estrutura da sociedade capitalista e que tem suas formas e consciências determinadas pela dinâmica desse modelo econômica e de sociedade”.

classe trabalhadora. Assim, aos padres Jesuítas coube o monopólio das atividades escolares, pelo período de dois séculos. Dessa maneira, atuavam na defesa e implementação da fé cristã católica e educação da juventude. Já o acesso às escolas era gratuito e teve foco no ensino básico, nas disciplinas de teologia, ensino do português e a “escola de ler e escrever”.

Nessa perspectiva, de acordo com Paulo Ghiraldelli (2009, p. 25), “após completar o ensino básico o estudante tinha duas opções, uma era prosseguir os estudos na Europa e a outra seria aderir a aprendizagem profissional ligada à agricultura”. O que nos revela uma indiscutível realidade, a saber que o estudante que seguia os estudos na Europa não seria oriundo da classe trabalhadora. Esse modelo de ensino perdurou até a chegada do Marquês de Pombal ao Brasil que expulsou os Jesuítas da Colônia.

À época em que a Colônia estava sob a administração do Marquês de Pombal houve algumas mudanças. Ocorreu que a educação deixava de ser teológica e seguia a filosofia iluminista, com restrições e censuras a alguns autores. No aspecto geral, os estudantes da Colônia continuaram na mesma lógica com acesso apenas ao ensino básico, já que nem todos poderiam partir para Portugal e concluir os estudos.

No entanto, o fato histórico que transformou a realidade do Brasil Colônia e, consecutivamente, a realidade da educação, foi no ano de 1808, com a chegada da Corte Portuguesa, que se instalou no Rio de Janeiro. Na época, houve a abertura de vários cursos de nível médio profissionalizante e de cursos de ensino superior.

Portanto, no ano de 1821, a Corte retornou para Portugal e, no ano de 1822, ocorreu a Independência do Brasil em relação a Portugal - ato político liderado por Dom Pedro I. Com isso, foi criada então a primeira Constituição do País, a qual tinha um tópico que tratava da educação. De acordo com Paulo Ghiraldelli (2009), no Brasil Império deveria ter escolas primárias, ginásios e universidades, todavia o que estava previsto na Carta Constitucional não foi devidamente efetivado. Porém, mesmo com as dificuldades apontadas, houve

feitos relevantes como a criação, no ano de 1838, do Colégio Pedro II, que atualmente é equiparado aos Institutos Federais e faz parte da Rede e-Tec⁸.

No entanto, é importante lembrar que, durante o Império, houve várias reformas na educação, ora avançavam as propostas curriculares para a formação literária e das humanidades, em detrimento da valorização das disciplinas consideradas científicas, ora acontecia o inverso. As disputas ocorriam entre os que defendiam as ideias filosóficas iluministas contra os que defendiam o ideal humanista, herdado do modelo Jesuíta de educação.

A partir disso, durante o processo da implementação da educação formal no Brasil, aconteceram várias experiências. Ainda nos anos de 1800, houve a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros, que se destinava ao “amparo” das camadas menos privilegiadas da sociedade brasileira. Nesse modelo, segundo Ramos (2014) as crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros.

Portanto, o marco inicial da educação profissional no Brasil foi a criação dos colégios das fábricas e os colégios agrícolas, que, já no século XIX, tinham a missão de formar mão de obra qualificada para as atividades da agricultura e tinham como público principal crianças pobres, órfãos e filhos de trabalhadores rurais. Vale ressaltar que, naquela época, quem organizava a educação era a classe dominante, com o apoio da igreja católica, baseando-se no assistencialismo. Nesse período, o Estado ainda não tinha responsabilidade pelas políticas educacionais para a classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, no Brasil, a formação da classe trabalhadora foi constituída por homens e mulheres que faziam trabalhos braçais, eram os povos nativos, pessoas de cor de pele preta descendentes dos povos escravizados e os pobres não escolarizados, ou seja, foi para estes que se propôs, inicialmente, a formação técnica, e não para as pessoas oriundas dos povos invasores vindos

⁸ A Rede e-Tec Brasil foi criada em 2011 pelo Ministério da Educação (Decreto nº 7.589). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm. Acesso em 23 nov. 2020.

da Europa, da classe rica e de cor pele branca. Nessa direção, Fonseca (1961, p. 68) afirma que:

A formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.

Isso nos revela e nos remonta que, no século XVIII, o sistema educacional passou por mudanças, oriundas do governo, que percebeu que a educação poderia controlar o povo. Diante disso, ocorreu a destituição dos Jesuítas e a necessidade de oficializar a categoria de professor como profissão. Sendo assim, dentre tais mudanças, temos a Reforma Pombalina⁹, na qual a educação, antes administrada por missionários, passou a ser de responsabilidade do Estado Português. Esse modelo de educação pombalino dava destaque aos estudos menores de aprendizagem, que tornava o processo mais rápido e eficaz. Importante destacar que a eficácia se dava no contexto de preparar uma elite necessária para fins econômicos e políticos, pela qual almejava o Estado.

Já o século XIX, é marcado pela vinda da Família Real e da Corte Portuguesa para o Brasil, processo que traz algumas mudanças no contexto educacional, porém sempre pautado pelo interesse dos nobres que chegam ao país. Diante disso, segundo Romanelli (2002), ainda nesse período surgiram instituições culturais e científicas, de ensino técnico e os primeiros cursos superiores. Vale ressaltar que, nos deteremos um pouco mais ao processo de origem da educação profissional.

⁹ Ao assumir o cargo de Ministro da Fazenda do rei D. José I, em 2 de agosto de 1750, no lugar de Azevedo Coutinho, Pombal empreendeu reformas em todas as áreas da sociedade portuguesa: políticas, administrativas, econômicas, culturais e educacionais. Essas reformas exigiam um forte controle estatal e eficiente funcionamento da máquina administrativa e foram empreendidas, principalmente, contra a nobreza e a Companhia de Jesus, que representavam uma ameaça ao poder absoluto do rei. (MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e pesquisa** v. 32, n. 3, 2006.)

Nessa perspectiva, Ramos (2014) afirma que a educação profissional no Brasil tem sua origem no âmbito de uma perspectiva assistencialista, que possuía o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, isto é, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, a fim de que não perpetrassem práticas e ações que se configurassem fora da ordem dos bons costumes.

Logo, é notório que as propostas e experiências de modelos de educação profissional começam a surgir no Brasil após o século XIX, pois, antes disso, não havia currículos sistematizados de maneira uniforme a serem seguidos, o que existiam eram as atividades espontâneas, ligadas às necessidades do mercado de trabalho e conforme as reformas educacionais ocorridas em cada época.

Isso nos revela que a República, no Brasil, não foi um movimento liderado pelas classes populares, embora, à época, discutissem ideias democráticas e republicanas observadas e experienciadas em outros países, pelos jovens que foram completar os estudos no exterior. Dessa maneira, as pessoas que valorizavam a educação surgiram nesse contexto, já que os integrantes dos setores urbanos, que estavam envolvidos com a construção do novo regime político, eram pessoas que possuíam carreiras profissionais ou atividades laborais com algum grau de educação escolar, e por isso, de algum modo, fomentaram a discussão sobre a importância da educação no País.

Sendo assim, de acordo com Ghiraldelli (2004), havia tímidos movimentos em prol da educação, e o País amargava a realidade de uma taxa de 75% da população, em idade escolar, formada por pessoas não escolarizadas. Isso colocava em xeque a verdadeira função da República. Logo, não demorou muito para a influência do modelo de educação praticado nos Estados Unidos dominar o ideário educacional brasileiro, visto que, as influências pedagógicas francesa e inglesa foram perdendo espaço para o novo estilo de vida apresentado pela nova potência mundial.

Desse modo, como resultado dessa “modernização”, surgiu no Brasil o movimento “escolanovismo”, retratado com a inovação e o confronto entre a pedagogia nova e a tradicional. Nessa direção, durante a Primeira República, conhecida também como o período da “Política Café com leite”, as ações realizadas pelo Governo Federal foram de caráter pontual e concentradas na

cidade do Rio de Janeiro, a Capital do País na época, levando alguns estados investiram nessa área de forma individual como ocorreu no estado de São Paulo.

Portanto, a chegada do século XX foi marcada pela crescente industrialização e urbanização, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, o que contribuiu com o aumento considerável da população urbana que necessitava da modernização dos setores e os serviços, principalmente de políticas públicas como educação e saúde. Então, na década de 1930, no primeiro Governo de Getúlio Vargas começaram a surgir algumas mudanças em favor da educação, sendo criado o Ministério da Educação e Saúde Pública.

É importante destacar que essa época ficou conhecida por ter sido palco de vários acontecimentos conduzidos pelo Ministro Francisco Campos, tais como: a criação do Conselho Nacional de Educação, a regulamentação e organização do ensino superior e secundário. Nessa perspectiva, Paulo Ghiraldelli (2009) acrescenta que a década de 1930 foi um dos momentos de muitas disputas e discussões entre várias correntes ideológicas e teve como marco a publicação do “Manifesto dos Pioneiros Pela Educação Nova”¹⁰.

Ainda sob o governo de Vargas, agora no regime ditatorial, ocorreram as conhecidas “Reformas Capanema”, que, segundo Paulo Ghiraldelli (2009), foi uma reforma elitista e conservadora. É primordial destacarmos que, nessa época, a Carta Magna de 1937 sofreu a retirada da obrigatoriedade do Estado em prover a educação pública. Com isso, as referidas reformas trataram da organização do ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola.

Não obstante, o referido dualismo assume, nessa época, um caráter sistemático, sobretudo a partir da década de 1940, quando a educação nacional foi organizada pelas leis orgânicas, nas quais dividiram a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, separando os que deveriam ter acesso ao ensino secundário e formação propedêutica para a universidade daqueles que deveriam ter a formação profissional para a produção e o trabalho, de acordo com a origem de classe social.

¹⁰Disponível em:
http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf
Acesso em 23 nov.2020.

Logo, a educação tecnológica assume caráter liberal, haja vista que serve aos interesses da classe dominante, posto que o trabalhador que adentra nessa modalidade de educação busca a capacitação para o mercado de trabalho. Nessa perspectiva, Ramos (2014, p. 24.) destaca que:

A relação entre educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade. Nesse sentido, até o século XIX não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes.

Essa perspectiva de Ramos é ratificada por Paulo Ghiraldelli (2009) quando afirma que o governo não hesitou em atender à demanda por mão de obra técnica, instituindo as Leis Orgânicas postas, para consolidar o dualismo educacional. Com relação a esse cenário, Paulo Ghiraldelli (2009, p. 82) acrescenta:

O que era o dualismo educacional? Nas letras da Reforma Capanema, tratava-se organizar um sistema de ensino bifurcado, com o ensino secundário público destinado, nas palavras do texto da Lei, às “elites condutoras” e um ensino profissionalizante para outros setores da população. [...] queria elites condutoras a partir de um setor já privilegiado economicamente [...] A ideia da elite condutora não é antagônica a ideia da democracia liberal; mas a ideia da elite condutora forjada a partir de uma segregação antecipada [...] é incompatível com a ideia da democracia liberal.

A partir disso, é notório que esse período foi marcado pelas ações de um Estado populista que, por meio de legislação, impôs um sistema de ensino dual, contribuindo diretamente para aumentar o fosso entre as classes sociais, definindo quem deveria estudar níveis superiores e quem deveriam trabalhar o mais cedo possível e atender as demandas da indústria. Dessa maneira, foi criada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que claramente beneficia os trabalhadores, no entanto os sindicatos foram atrelados ao comando do Estado, além da criação da legislação que promoveu a separação das classes por meio da educação, sendo essas as contradições desse governo.

Esse percurso histórico, traçado ao longo deste capítulo, nos mostra que o caminho da formação escolar para os estudantes das classes pobres era “cursar o primário e um curso profissionalizante”, no qual o “curso profissionalizante só permitia entrar no curso de nível superior da mesma área”.

Já para os estudantes de classe rica o caminho era “ensino primário ao ginásio, do ginásio ao colégio e, posteriormente, a opção por qualquer curso superior”.

Nos termos de Paulo Ghiraldelli (2009), esse sistema de ensino vertical engessado não permitiria a ascensão social por meio da educação, ou seja, seria impossível, nesse contexto, quebrar o ciclo intergeracional da pobreza e exclusão sociocultural para aqueles que usam a educação como ponte de acesso a outros bens socialmente construídos.

Com isso, as referidas Leis Ordinárias também tiveram o objetivo de dar uma resposta rápida e suprir a demanda por mão de obra para a indústria em ascensão, assim foi criado o ensino profissional, que abrangia quatro (4) áreas: a industrial, comercial, agrícola e normal. Essa última era direcionada para as mulheres, e todos esses cursos foram regulamentados por lei orgânicas próprias. Porém, mesmo diante desse arsenal de cursos, ainda não foi possível suprir de imediato a necessidade por mão de obra técnica, no entanto a indústria tinha pressa. Diante disso, o governo percebeu que o ensino médio não resolveria o problema a curto prazo e logo partiu para outra estratégia.

Nesse ínterim, criou-se o sistema de ensino profissionalizante, em parceria com o setor privado, no caso o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), respectivamente, liderados pela Confederação Nacional das Indústrias e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Esses órgãos efetivaram a prática de cursos profissionalizantes extremamente rápidos e puramente técnicos. E os estudantes atraídos por esse tipo de cursos eram dos setores mais pauperizados, também atraídos pela “bolsa de um salário-mínimo”, vigente à época.

Todo esse aparato legal deu base para as décadas seguintes, contudo houve muitas tentativas de mudanças, umas conservadoras e outras progressistas.

Muitas disputas políticas e ideológicas foram travadas no interior dos partidos, do legislativo e do governo para chegar até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no ano de 1961. A partir disso, a disputa se deu entre os interesses do ensino público e privado, que tramitou por um período de 13 anos até ser aprovada.

Logo então, no início da década de 1960, esse clima de disputa nas discussões dos projetos na construção da política de educação era realizado de forma democrática, mas foi interrompido, quando da cassação dos direitos políticos da população brasileira, pelo regime da Ditadura Civil-Militar, que tomou o poder no Brasil em 1964.

Esse período da nossa história teve muitas distorções e retrocessos, que segundo Paulo Ghiraldelli (2009, p,112) foi pautado por:

(...) repressão, privatização do ensino, exclusão dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional.

Tudo isso foi amparado por um projeto submetido do Ministério da Educação aos interesses da Agência Internacional para o desenvolvimento dos Estados Unidos da América (Acordos MEC- USAID). Na ocasião, o Ministro era Roberto Campos, que defendia o projeto de educação direcionado para os interesses do desenvolvimento econômico e tinha o entendimento de que o ensino médio deveria ser disponibilizado para toda população, mas o ensino universitário deveria ser “reservado às elites”. O referido Ministro impôs um projeto de educação profissionalizante para a classe pobre, na tentativa de retirar-lhe qualquer aspiração de acesso ao ensino universitário.

Ainda nesse período, surge o movimento Escola Nova¹¹ no Brasil, criado por educadores, como Anísio Teixeira, Almeida Júnior e Lourenço Filho, que estavam à frente do movimento e escreveram o Manifesto dos Pioneiros de 1932, que moldava novos papéis para o Estado, no contexto da educação. Esse manifesto visava a expansão da escola pública, laica e gratuita, objetivando maior autonomia para a função educativa, além da descentralização do ensino, salientando que essas seriam maneiras de combater as desigualdades educacionais.

Com isso, temos a criação das primeiras universidades brasileiras, entre elas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo,

¹¹ Informações sobre o Movimento Escolanovismo: SANFELICE, José Luís. "O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. **Educação & Sociedade**, v. 28, n.99, p.4542-557, 2007.

sendo esses os cursos pioneiros para a formação de professores. Mais adiante, no final da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) ocorreu um espaço de disputas tecnológicas, com isso passou-se a reconhecer a importância da Ciência e da Tecnologia para a economia e a cultura.

Outra criação importante foi a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 1951, como medidas de expansão e qualificação da pós-graduação e da pesquisa no Brasil. Já na década de 1960, temos a elaboração da segunda Lei Nacional de Educação, nova LDB (Lei nº 4.024/61), que discorria sobre as diretrizes educacionais de nosso país, porém a lei sofreu mudanças com a instauração da Ditadura Militar (1964 – 1985), ajustando a educação brasileira ao novo regime, com a criação da Lei nº 5.692/71, remodelando os ensinos primário e médio para 1º e 2º Graus, erradicando as Escolas Normais.

O projeto da ditadura militar brasileira era voltado para a preparação dos alunos para o mercado de trabalho. Já na década de 1970, expressava contradição, pois houve uma atualização da LDB, na qual valorizava o ensino de Ciências. Objetivava-se, assim, preparar mão de obra para o “milagre econômico”, uma vez que o Brasil estava vivendo em regime de ditadura militar e esse “milagre” estava ligado a industrialização do país, que para ocorrer precisaria de mais trabalhadores com capacidade de atuar na indústria.

Nessa mesma época, diante das agitações dos movimentos estudantis e dos episódios de greves ocorridas, o governo começou a criar estratégias para manter a ordem da classe trabalhadora e, conseqüentemente, criar reserva de mão de obra para as recentes indústrias em expansão, usando-se como ferramenta disciplinadora a educação.

O intuito era induzir a formação profissionalizante com a proposta de rápida inserção no mercado de trabalho e desestimular o interesse pelos cursos universitários que, conseqüentemente, não receberam muitos investimentos. Diante disso, os estudantes que tivessem interesse no ensino superior deveriam pagar para estudar à noite, criando uma forma de precarização do ensino/aprendizagem. Nesse período, houve também a expansão do ensino privado, pois a elite não tinha interesse de colocar os filhos no ensino público técnico ou tecnológico profissionalizante.

Inicialmente criada para ser instrumento político educacional, voltado para escolarização das classes trabalhadoras, a Rede Federal de Ensino Tecnológico se reconfigurou e, atualmente, apresenta novo projeto, ainda em disputa pelas classes, porém, apresenta-se como importante estrutura de educação científica e tecnológica.

De acordo com Ramos (2014), a partir de 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, a demanda por professores para atuar em cursos de educação profissional de nível médio cresceu consideravelmente, fazendo-se necessário, cada vez mais, a oferta de cursos de formação pedagógica para os profissionais que ministram disciplinas técnicas, os quais possuem formação, na maioria dos casos, em cursos de bacharelados e ou tecnológicos.

Essa dualidade entre a educação tecnológica e a propedêutica se situa no campo da divisão social de classes, apontadas por teóricos como Marx, pois é por meio dessa separação de modos de educar, de aplicar os métodos de ensino que se forma cidadãos dotados de consciência crítica ou apenas os capacita para o trabalho.

Nessa direção, Moura (2013, p. 715 -716) discorre que:

Nessa travessia, as duas formas de organizar o ensino médio – ensino médio politécnico e ensino médio politécnico integrado à educação profissional – são coerentes e poderão coexistir até que as condições materiais objetivas da sociedade brasileira sejam tais que permitam aos jovens das classes populares concluírem a educação básica por volta dos 17 ou 18 anos de idade e somente então pensarem em uma profissionalização. Hoje isso é um luxo para os filhos da classe trabalhadora, embora há muito tempo já seja garantido como direito – exclusivo – dos jovens dos estratos médios e altos da população.

Com isso é notório que, no Brasil, que comporta índices elevados de pessoas com mais de 18 anos que estão ou excluídos do mercado de trabalho ou atuando de forma precarizada, essa dualidade é funcional aos interesses do sistema econômico atual, pois o capital necessita dessa mão de obra para se sustentar e se perpetuar social, política e economicamente. Para Ciavatta (2008, p. 03):

Os termos formação integrada, formação politécnica e, mais recentemente, educação tecnológica buscam responder, também, às necessidades do mundo do trabalho permeado pela presença da ciência e da tecnologia como forças produtivas, geradoras de valores, fontes de riqueza. Mas, também, por força de sua apropriação privada, gênese da exclusão de grande parte da humanidade relegada às

atividades precarizadas, ao subemprego, ao desemprego, à perda dos vínculos comunitários e da própria identidade. Isto posto como uma base conceitual ou como uma declaração de princípios, podemos avançar na compreensão da historicidade do debate e nos pressupostos da organização do trabalho para a formação integrada de nossos jovens e adultos trabalhadores.

A discussão acerca da educação tecnológica pautada na formação politécnica, nos termos defendido por Saviani (1989) e Moura (2015), traz à tona uma concepção de educação que se encontra em disputa permanente na história da educação brasileira: educar a todos – classe trabalhadora e burguesia – ou somente a uma minoria, tida supostamente como mais apta ao conhecimento, e conseqüentemente mais suscetível aos cargos de liderança no mundo do trabalho.

É importante destacar que o termo propedêutico decorre do grego que significa de forma simplificada preparatório, no entanto, a educação propedêutica assume nesse contexto um papel de divisão social de classes, uma vez que se aplica, na prática, à formação de profissionais, conhecidos como “profissionais liberais”, das classes ricas como a exemplo de políticos, da classe de médicos, membros do poder judiciário, catedráticos das universidades, dentre outros grupos que garantem a reprodução ideológica da classe dominante.

Nos anos pós-ditadura e pré-Constituinte de 1988, houve muitos debates sobre os projetos em torno da educação tecnológica, em que a comunidade de trabalhadores da educação, fortemente organizada, mobilizou-se para organizar um projeto a ser encaminhado à Assembleia Nacional Constituinte.

O projeto apresentado pela comunidade de educadores representava os interesses da classe trabalhadora, no qual a educação tinha relação direta com o trabalho e esse se situava como a base do princípio educativo.

Nessa perspectiva, Ramos (2014, p.85) menciona que:

O debate teórico travado pela comunidade educacional, [...] afirmava a necessária vinculação da educação à prática social e o trabalho como princípio educativo [...] Esse princípio está intimamente relacionado ao trabalho como princípio educativo, o qual ao ser assumido em uma educação integrada contribui para a formação de sujeitos autônomos que possam compreender-se no mundo e dessa forma, nele atuar, por meio do trabalho, transformando a natureza em função das necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, cuidar de sua preservação face às necessidades dos demais seres humanos e das gerações futuras.

Assim, no que pese a proposta de ensino médio, de acordo com Ramos (2014), esse deve ter uma relação direta entre o conhecimento adquirido socialmente e a prática do trabalho. Deve assegurar que os estudantes tenham acesso às bases, princípios e lógica sociocultural das “técnicas diversificadas utilizadas na produção” e deve ser uma formação nos termos da politécnica e não unilateral. Esse modelo de educação, para Ramos (2014, p. 38):

(...) significaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo de produção. Assim, seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas.

Nessa direção, em decorrência da realidade posta e objetivando resgatar a função formativa da educação, os projetos originais da nova LDB, tendo o ensino médio como etapa final da educação básica, composto de, pelo menos, 2400 horas. Nessa direção, “a formação profissional, que nunca substituiria a formação básica, poderia ser acrescida a este mínimo e preparar o estudante para o exercício de profissões técnicas. (RAMOS, 2014, p. 38).

Portanto, compreendemos que a dualidade entre as duas modalidades de educação discutidas nos leva a identificar que o projeto liberal se apresenta nos moldes de divisão social de classes, uma vez que se configura como um processo de formação de indivíduos para determinados tipos de trabalho, e não almeja, de fato, a superação das desigualdades sociais que permeiam a sociedade de classes sociais.

Logo, partimos do entendimento de que, por meio do acesso à modalidade de educação emancipadora, como a omnilateral¹² e a politécnica¹³, é possível

¹² De acordo com Maria Ciavatta (2005, p. 3), “educação omnilateral tem o sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica”.

¹³ De acordo com Ramos (2010, p. 67), a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores e “teria como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas. As dimensões fundamentais da vida, que estruturam a prática social – aqui apontadas como o trabalho, a ciência e a cultura – são por nós compreendidas como apresentamos a seguir. O trabalho é processo de objetivação humana inerente ao ser e mediação fundamental de suas relações com a realidade material e social (sentido ontológico do trabalho)”.

ter um vislumbre do rompimento com esses e outros modelos de educação que separam a classe trabalhadora e cria um abismo no que concerne ao acesso aos conhecimentos científicos produzidos socialmente.

Todavia, podemos construir a educação tecnológica para além de um mecanismo de controle do sistema econômico. É possível implementar esse modelo de educação, enquanto componente contribuinte para a transformação social, uma vez que, pode ser desenvolvida no sentido de emancipar pessoas individual e coletivamente.

Podemos pensar em emancipação aos moldes de Paulo Freire que se aproxima do marxismo, na medida em que ele também via a sociedade dividida em classes e acreditava que os privilégios de uns impediam que a maioria usufruísse dos bens produzidos, e colocava como um desses bens: a educação.

Nos trabalhos desenvolvidos por Freire, podemos observar a crítica sobre os dois modelos de práticas pedagógicas: A “pedagogia dos dominantes” e a “pedagogia dos oprimidos” que precisavam ser trabalhadas na tentativa de elucidá-los e conscientizá-los politicamente. Nessa direção, a educação surgiria então como prática da liberdade, e essa deveria advir dos próprios oprimidos, por meio de uma educação feita com eles e não para eles.

Nessa ótica, verificamos que na educação, bem como no processo educativo, está implícita uma questão política ideológica que, como Gramsci (1991) afirma, está centrada enquanto processo que permitiria as classes subalternas elaborar e divulgar uma concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses e não, simplesmente, como instrumento ideológico empregado pelas classes dominantes para a conquista ou manutenção da hegemonia.

O pensamento de Gramsci ainda ressalta a importância do fenômeno educativo para a construção de uma nova cultura e de uma nova concepção de mundo, ambas podem ser gestadas pelas próprias classes trabalhadoras no âmbito da própria sociedade capitalista. Isso significa dizer que os sujeitos envolvidos nesse processo educativo, torna-se também sujeitos políticos, podendo assim, mesmo que estando inserido na classe dominada, ser um indivíduo emancipado e que defende seus próprios interesses.

Portanto, a partir desse diálogo verificamos que a nova perspectiva dos Institutos Federais (IFs) se dá como estratégia do Governo Federal para

democratizar o acesso à educação, por meio do processo de expansão e reordenamento estrutural e pedagógico, iniciado no ano de 2008.

Logo, no próximo item, será apresentado o processo histórico dessa Instituição que nasceu no século passado com a proposta de educação assistencialista e atualmente se apresenta inovadora, com uma proposta de educação técnica mais humanizada, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão.

1.1 História e o processo de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica no Brasil

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica comemorou 110 anos de existência no ano de 2019. Essa instituição centenária passou por várias transformações, como as mudanças no nome, nos objetivos e finalidades, porém a forma mais marcante foi o reordenamento, interiorização e expansão iniciada em 2008. Vale ressaltar que, no decorrer de um século, houve muitas mudanças de governos que diferem entre si em planos econômicos e nas prioridades para a política da educação profissional e tecnológica.

Nessa direção, podemos ver que a quantidade de instituições foi crescendo ao longo dos diferentes planos educacionais e governos. Os dados do Ministério da Educação¹⁴ ratificam a afirmação ao identificar que, entre 2003 e 2016, foi materializada a construção de mais de 500 novas unidades, distribuídas em todo território nacional. Essa última expansão da rede fez parte do plano de metas e de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dessa maneira, a atual Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem origem nas dezenove (19) Escolas de Aprendizes e Artífices que foram criadas em 1909, nas principais capitais do País, por meio do Decreto de nº 7.566 de 1909, do então Presidente da República Nilo Procópio Peçanha. Essas escolas tinham a finalidade de formar mão de obra para colaborar com o

¹⁴ Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal> Acesso em 28 out.2020.

desenvolvimento industrial e com a prática comercial vigente à época, considerando que esses setores estavam em desenvolvimento.

Logo, é importante destacar que essas escolas eram destinadas à educação de crianças e adolescentes de classes pobres e visavam “amparar” os órfãos. Sendo assim, para serem admitidos, os estudantes deveriam cumprir alguns requisitos básicos, tais como: ter idade mínima de 10 anos e máxima de 16; não ter nenhuma doença infectocontagiosa; não ter deficiências¹⁵ ou limitações físicas que os inabilitassem ou dificultasse a agilidade para o aprendizado do ofício.

A partir disso, verificamos que o ensino ofertado era gratuito, profissionalizante e de nível primário. Assim, o órgão do governo que geria essas instituições era o Ministério de Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Nessa direção, no que diz respeito às escolas apresentadas no Decreto Presidencial, Manoel de Jesus A. Soares (1982, p. 60) afirma que:

Na exposição de motivos do referido decreto considerava Nilo Peçanha "que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação"

É notório, por meio da afirmação do Presidente da República Nilo Peçanha, que a finalidade de criação da referida instituição era acolher crianças e jovens considerados como “problemas” para a sociedade, no entanto, a característica marcante era a caridade e benevolência - inerentes às políticas sociais do período.

Tempos depois, nos anos de 1930, no Governo Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, nesse mesmo ano, as Escolas de Aprendizagem e Artífices passaram a fazer parte desse ministério. Sendo assim, o órgão responsável por supervisionar as escolas era a Inspeção do Ensino Profissional Técnico que, em 1934, foi transformada em Superintendência do Ensino Profissional.

¹⁵ SOARES, Manoel de Jesus Araújo. As escolas de aprendizes artífices-estrutura e evolução. **Fórum educacional**. v. 6, n. 3, 1982.

Nessa década, houve expansão do ensino industrial, criação de novas escolas industriais e ampliação das já existentes, devido ao momento econômico da época. Dessa forma, a Primeira Constituição Brasileira (1937) expressa em seu texto algo sobre o ensino técnico, profissional e industrial, no Artigo 129, ao afirmar que:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937)

Isso nos deixa claro que, ainda na década de 1930, as escolas mudaram de nome e passaram a se chamar Liceus Industriais. Já na década de 1940, passam a ser responsáveis também pela formação de nível médio e mudam outra vez de nome tornando-se Escolas Industriais e Técnicas.

Na década de 1950, as Escolas Industriais e Técnicas adquirem o nome de Escolas Técnicas Federais, agora na condição administrativa de Autarquia Federal. Paralelo a esse movimento de escolas de formação profissional para o mercado de trabalho industrial urbano, vai se formando a rede de escolas para formação de mão de obra destinadas às áreas agrícolas - as chamadas Escolas Agrotécnicas Federais - que adotavam o modelo de “fazenda escola” e estavam atreladas ao Ministério da Agricultura. Em 1967, período do governo da ditadura civil militar, essas escolas fazenda foram vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura adquirindo a nomenclatura de Escola Agrícola.

Sendo assim, somente no ano de 1978, no governo de João Figueiredo, é que nascem os primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) oriundos das escolas federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Vale destacar que, os então recém-instituídos CEFETs tinham status de Centros Universitários, em decorrência de sua importância para a categoria de ensino técnico. Logo, em 1994, no governo de Itamar Franco, muitas Escolas Técnicas e Agrotécnicas se tornaram CEFETs.

Ainda na década de 1990, teve início a formação da “base” do sistema nacional de educação tecnológica, nos moldes atuais, porém, no

Governo Fernando Henrique Cardoso houve uma suspensão na criação de novas unidades de CEFETs, com o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Pois, o referido decreto estabeleceu que as novas escolas técnicas que viessem a surgir seriam de responsabilidade administrativa/financeira dos estados, municípios e organizações não governamentais e/ ou privadas, e que esses deveriam custear construção, equipe, salários, manutenção e administração.

Além disso, ficou claro na Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que, se o Governo Federal disponibilizasse recursos para a construção de novas instituições, não arcaria com recursos necessário para funcionamento, de pessoal e de manutenção.

Nessa época, o então Ministro da Educação, o economista Paulo Renato de Sousa, argumentou que a educação profissional, o antigo segundo grau, atendia aos interesses elitistas e propôs a separação do ensino médio propedêutico da educação técnica. Essa perspectiva visava atender as recomendações do Banco Mundial e aderiu às regras que beneficiam mais o capital que as comunidades escolares ou a classe trabalhadora. Conforme Mota (2014, p.1139):

O alinhamento estratégico entre o Ministério da Educação do Brasil (MEC) e o Banco Mundial era tamanho, nesse período, que os principais quadros responsáveis pelo governo brasileiro em matéria de educação, a começar pelo ministro, já haviam feito parte do staff como diretores ou como consultores das agências que compõem o Grupo Banco Mundial e outras agências multilaterais. É o caso, por exemplo, de Paulo Renato Souza (ministro da Educação durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso), Guiomar Nano de Mello (membro do Conselho Nacional de Educação a partir de 1997 até o fim do mandato de FHC) e Cláudia Costin (ex-ministra da Administração), entre outros (Azevedo; Lara, 2011). [...] o Banco Mundial tornou-se uma espécie de ministério da educação dos países periféricos ao estabelecer condicionalidades em termos das políticas sociais a serem adotadas pelos países tomadores de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do BM. [...] investindo e melhorando a qualidade da educação e de outros serviços sociais tornar-se-ia possível manter o apoio dos eleitores às reformas econômicas como a privatização e a liberalização comercial, o que asseguraria a estabilidade política e econômica [...] capacidade de emprestar recursos aos países periféricos, combinado com a assessoria técnica prestada pelo Banco, permitiu que politicamente este se tornasse o maior centro mundial de informações sobre desenvolvimento [...] As condicionalidades, portanto, estariam a serviço da estratégia do BM de promover o ajuste estrutural macroeconômico necessário à inserção do Brasil e demais países periféricos no processo de globalização neoliberal, o que significou, no caso do Brasil a partir do governo de Collor de Melo (1990-1992), a radicalização da liberalização da economia, com as privatizações dela decorrentes, e a destruição de um precário Estado Social por meio de uma contrarreforma do Estado, cujos efeitos mais visíveis sobre a educação básica e superior são o avanço do setor

privado, a precarização do público e a penetração dos mecanismos e valores de mercado sobre a gestão, o financiamento, a avaliação e a produção de conhecimento.¹⁶

Nesse contexto de “valorização” da educação, os representantes do Banco Mundial investem em propagandas e nos discursos de que o subdesenvolvimento de países periféricos poderia ser superado por meio do amplo acesso à educação, sem mencionar, obviamente, que as questões sociais são decorrentes dos processos de má distribuição de renda, serviços e capitais, que assolam todos os países periféricos. Nesse momento, intensificam-se as ações de privatização da educação, seja pela abertura do ensino superior ao mercado financeiro, seja pela privatização dos serviços por meio da terceirização nas universidades federais.

Nesse contexto, as escolas técnicas federais, ainda sob as condições da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, não tinham previsão de melhorias, no que tange às questões de investimentos ou expansão. Portanto, as categorias de profissionais dessas instituições afirmaram que o governo desmantelou as escolas e que os cursos técnicos se tornaram extremamente mecanicistas desprovidos de qualquer conteúdo humanístico.

Com a eleição de 2002, na qual o candidato eleito foi Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, acendeu na sociedade a expectativa de novas propostas relacionadas aos direitos sociais e sobretudo na política de educação que atendesse aos interesses coletivos da classe trabalhadora.

Conseqüentemente, no ano de 2008, o governo Lula revogou o Decreto nº 2.208/897 e sancionou a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, gerida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e vinculada ao MEC. A referida rede é constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal de Paraná (UTFPR), Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e o Colégio Pedro II.

Importante lembrar que a proposta de reforma da lei de ampliação da Rede e-Tec fazia parte da materialização do Plano de Desenvolvimento da

¹⁶ Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n4/10.pdf> Acesso em 28 out. 2020

Educação (PDE) do Governo Lula, previsto para os anos 2003 a 2011, que almejava efetivar as suas metas do Plano de Aceleração do Crescimento por meio dos espaços e instituições de elevação dos índices de acesso à política de Educação, conforme afirma Otranto (2010).

Na ocasião, o governo apresentou um projeto de educação que visava restabelecer o ensino médio na perspectiva politécnica e com o objetivo central de formar cidadãos, “não só para o mercado, mas para o mundo do trabalho”, afirma Pacheco (2010, p. 10). Ainda de acordo com Pacheco, em meio às disputas entre os projetos público e o privado de educação, travou-se longos debates sobre o financiamento da Educação Profissional Tecnológica, na perspectiva de não poder “submeter a essa política na exata medida em que um projeto democrático é construído coletivamente” (2010, p. 10).

Com isso, o novo projeto apresenta a instituição na perspectiva multicampi e descentralizada, possibilitando o acesso da educação federal para as cidades de médio porte, no interior do País, afastando-se da prática histórico-política dessas instituições estarem concentradas nas capitais e nos dos grandes centros urbanos.

Para melhor visualizar a expansão da Rede Federal Tecnológica, podemos observar a figura 1, na qual mostra o mapa representativo da presença dos Institutos Federais no Brasil no ano de 2016.

Figura 1 - Mapa representativo da presença dos Institutos Federais no Brasil, no ano de 2016.



Fonte: Portal MEC (2019)

Na figura 1, os pontos verdes do mapa representam as novas unidades construídas no projeto de expansão dos IFs no Brasil, a qual depois de um século de existência vivencia um novo projeto, então conhecido por promover o reordenamento das ações, a interiorização e a expansão de suas unidades. Esse processo de crescimento evidenciou a importância de se discutir a forma de organização institucional e questionou a função dessa rede no desenvolvimento social, local e regional.

Para a implementação de um projeto de tamanha amplitude, fez-se imprescindível a criação de uma secretaria específica, no Ministério da Educação, responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar todas as atividades e funcionamento da rede.

Assim, criou-se a Setec¹⁷, que tem como objetivos: promover o fomento e a inovação; expandir e melhorar a qualidade da educação profissional e tecnológica; integrar o ensino médio ao ensino em tempo integral; implementar a modalidade de ensino à distância; promover a certificação profissional de trabalhadores; buscar o diálogo com os setores produtivos, sociais e regionais; promover e fomentar as atividades de pesquisa; dentre outras.

Vale ressaltar que, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ocorreu em três etapas, tendo início em 2005 e se estendendo até 2015.

¹⁷Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em 23 nov. 2020.

Nessa direção, o primeiro momento teve como objetivo construir novas escolas técnicas federais, nos estados que ainda não as possuíam, nas periferias de grandes cidades e nos municípios interioranos mais afastados dos grandes centros urbanos. Já no segundo e no terceiro momento, ocorridos entre 2008 a 2014, houve a criação de aproximadamente 358 novas instituições, distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes, escolhidos pelo próprio MEC¹⁸ e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.

Em 2018, a RedeTec contava com 659 unidades em todo o país. Ou seja, isto representou a construção de mais de 500 novas unidades em 13 anos. Nesse Processo de expansão da RedeTec, o IFSertãoPE foi contemplado com a reestruturação de dois *campi*, os antigos Cefets, e mais cinco novas unidades, distribuídas no Sertão Pernambucano.

Sobre os desdobramentos da expansão, como também a origem da referida instituição, explanaremos no item a seguir.

1.2 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: origem e histórico

É importante destacar que os Institutos Federais são Autarquias que possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, que oferecem ensino articulado com pesquisa e extensão. Essas instituições apresentam um modelo de educação único no país, pois nenhuma outra instituição pública disponibiliza um projeto de educação com várias modalidades de ensino e de forma verticalizada.

Essas Instituições foram criadas pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Científica. Nessa perspectiva, a referida lei abrange toda a Rede, que é composta pelas seguintes instituições, conforme expresso no seu artigo 1º:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: I

¹⁸Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>
Acesso em 29 out. 2020.

- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais. IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e (Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012) V - Colégio Pedro II. Colégio Pedro II. ¹⁹ (BRASIL, 2008).

Dentre as instituições demonstradas acima, os IFs, foco deste estudo, destacam-se por serem instituições pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na junção de conhecimentos técnicos e tecnológicos. Nos diversos *campi* é comum os diferentes níveis e modalidades ensino, tais como: qualificação profissional, ensino técnico de nível médio, técnico subsequente ao médio, curso superior tecnológico, bacharelado, licenciatura e pós-graduação em programas *latu* e *stricto sensu*. Vale ressaltar que todos esses cursos são ofertados de forma gratuita. Conforme expresso no Artigo 2º:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. ²⁰ (BRASIL, 2008)

A partir disso, é relevante destacarmos que, atualmente, os Institutos Federais estão presentes nos 27 estados brasileiros e no Distrito Federal, cobrindo, aproximadamente 80% das microrregiões. Vale ressaltar que o foco na territorialidade foi estipulado considerando que “a finalidade dessa instituição é colaborar para o desenvolvimento local, regional e nacional” (PACHECO, p.11 2010). Dessa maneira, conforme apresentado na lei de criação, a pertinência da territorialidade é válida à medida que se observe e respeita as características sociais, econômicas e culturais de determinado local, construídas coletivamente por seus distintos grupos sociais com suas especificidades.

Nessa perspectiva, Pacheco (2010, p.11) acrescenta que:

¹⁹ Lei Federal nº11.892 de 29 de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em 20 out. 2020.

²⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em 20 out. 2020.

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação, necessárias a uma política e um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

Com isso, verificamos que essa expansão da rede tecnológica acontece no atual contexto de política econômica nacional, que está aberta ao atual projeto da economia neoliberal, que visa, também, atender às demandas do mercado de trabalho e não somente às forças produtivas, característica comum desse sistema econômico.

Dentro dessa disputa de projetos de classes, de um lado a classe trabalhadora aposta no acesso à educação como meio de adquirir as mínimas condições de superar o ciclo intergeracional da pobreza²¹ e acesso a melhores oportunidades de trabalho, e de outro lado, o projeto dos interesses dos donos do grande capital, que também vê na educação a oportunidade de ter mão de obra qualificada disponível em grande escala para baratear o preço da mão de obra.

Sendo assim, essa disputa de projetos ocorre em todos os espaços sociais, desde o executivo (dentro do próprio governo, nos rearranjos e articulações político-partidárias), além de ser uma disputa presente na sociedade em geral, já que vivemos numa sociedade multicultural.

Dentro dessa perspectiva, é importante frisar que, mesmo os IFs tendo sido criados na lógica oposta de educação unitária e tecnicista, eles não estão apartados do contexto social vigente, pois estão permeados de projetos divergentes que investem incansavelmente pela volta da educação descontextualizada e apartada da pesquisa e extensão, qualidade inovadora que eleva a característica dos IFs.

Então, os IFs já tiveram sua expansão projetada dentro desse

²¹ Compreendemos que o ciclo intergeracional da pobreza ocorre quando uma pessoa vive em condições de negação de direitos básicos para uma vida digna e saudável, ou seja, uma determinada pessoa não tem acesso ao trabalho formal que provenha uma renda mínima capaz de suprir as necessidades básicas como alimentação, vestuário, moradia e lazer. Além disso, também não tem acesso aos serviços e políticas públicas de qualidade como educação, saúde, segurança, mobilidade etc. Sendo assim, essa pessoa é oriunda de uma família na qual seus pais e avós viveram essa situação e certamente seus filhos também viverão nessas condições de privação e negação de direitos.

contexto social, que representam a realidade social brasileira, seu projeto está permeado de disputas e de lutas de classes, ora a classe trabalhadora consegue espaço, ora perde para os interesses do mercado e do capital. Dessa maneira, o projeto de expansão já previu a contratação de serviços terceirizados para as atividades fins, o exemplo mais clássico do projeto neoliberal que é reduzir os “gastos” do serviço público por meio de trabalhadores terceirizados.

Porém, dentro dessas relações sociais, permeadas de conflitos de interesses, é notório que, mesmo sem as condições ideais para atender na sua totalidade ao projeto da classe trabalhadora de educação integral, omnilateral e politécnica, essas instituições apresentam o que está mais próximo desses modelos de projeto de educação. Nessa perspectiva, Maria Ciavatta (2014) afirma que esse modelo de educação se apresenta como um modelo transitório para educação integral ou unitária, nos termos de Gramsci, considerando a realidade brasileira. Desse modo, esse modelo de educação é um dos melhores, pois agrega ensino, pesquisa e extensão, no qual nenhuma outra instituição de ensino médio no Brasil apresenta esse modelo de ensino, exceto Universidades Públicas Federais.

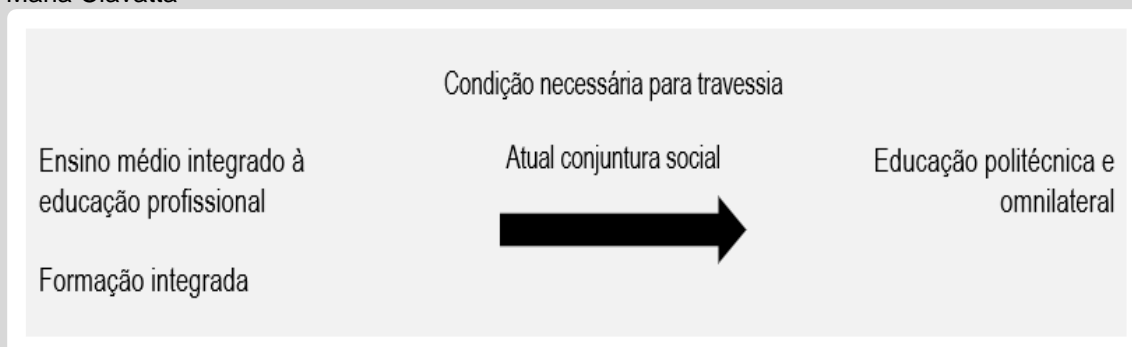
Ainda sobre esse modelo de ensino, Ciavatta (2014, p.198) afirma que:

Se a formação profissional no ensino médio é uma imposição da realidade da população trabalhadora, admitir legalmente essa necessidade é um problema ético-político. Não obstante, se o que se persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária, para todos. Portanto, o sentido de formação integrada ou o ensino médio integrado à educação profissional, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a travessia para a educação politécnica e omnilateral realizada pela escola unitária.

Para melhor elucidar o trecho citado pela professora e pesquisadora da área da educação profissional brasileira, podemos ver a figura 2, que ilustra a concepção da temática ora explicitada, pois ela explica que, na sociedade brasileira dominada pela ideologia do modo capitalista de produção e de consumo, o conceito de educação torna-se ambíguo e ainda é incipiente, como também a participação popular nas reivindicações por um sistema de educação público de qualidade. Porém, a autora deixa claro que existem os espaços de discussão e conquista da classe trabalhadora, como por exemplo a LDB (1996),

a Constituição Federal Brasileira (CF, 88), a revogação do Decreto de nº 2028/1997 e, atualmente, a defesa da formação integrada. Vejamos a figura 2:

Figura 2 - Representações do modelo transitório de educação para educação integral por Maria Ciavatta



Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

A partir da figura 2, verificamos que os Institutos Federais possuem uma característica importante, pois por determinação de lei devem garantir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas para educação profissional técnica de nível médio, e um percentual mínimo de 20% (vinte por cento) para cursos de licenciatura²² e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, com ênfase nas áreas de ciências, matemática e educação profissional.

A determinação dos IFs em manter 20% das vagas reservadas para os cursos de licenciaturas, para além da obrigatoriedade, representa o cumprimento de responsabilidade social dessa Instituição em contribuir diretamente com a formação de professores. Essa determinação foi pensada com base no histórico dos profissionais da educação brasileira, que tem muitos profissionais no exercício do magistério sem a devida formação pedagógica, e a situação fica mais grave em se tratando dos quadros de professores do IFs, pois “essa modalidade de educação, muito caracterizada pelo “fazer”, é marcada pela forte ação de professores leigos até os dias atuais” (CALDAS, 2011, p. 34).

Aos IFs é demandada uma missão de extrema relevância na oferta de cursos de formação de professores para a educação básica, principalmente nas licenciaturas das ciências exatas e da natureza (química, física e matemática), além de ser fomentador de programas especiais de formação

²² Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm
Acesso em 23 nov..2020.

pedagógica para os professores da rede de educação básica. Esse compromisso, na formação de docentes, reforça o desafio para diminuir o enorme déficit entre a demanda e a oferta de licenciaturas em nosso país.

Atualmente, para realizar um curso de licenciatura nos IFs, assim como ocorre com as universidades, os estudantes devem fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e, por meio do Sistema Unificado (Sisu), inscrever-se na opção de curso desejada, da mesma forma se dá para acessar aos cursos de tecnólogos de nível superior. Já para os cursos de nível médio ocorre um processo seletivo próprio, realizado por cada instituição, de forma descentralizada, independente e individual.

Todos os processos seletivos devem atender às determinações previstas na Lei de 12.711/2012²³, que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nos Institutos Federais. A conhecida Lei de Cotas, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nessas instituições, para os estudantes oriundos integralmente do ensino médio público em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos, já os outros 50% das vagas continuam para ampla concorrência.

Desse modo, na próxima seção, explanaremos as particularidades e história do IF Sertão PE/Campus Petrolina, *locus* dessa pesquisa. Para isso, analisaremos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico, a fim de compreendermos a organização e funcionamento institucional.

²³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20ingresso%20nas,m%C3%A9dio%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias Acesso em 23 nov. 2020.

1.3 O Instituto Federal do Sertão Pernambucano: a particularidade do Campus Petrolina

O *Campus* Petrolina, do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, é oriundo do *Campus* Avançado da Escola Técnica Federal (ETFPE). A data de inauguração remonta ao ano de 1983, na ocasião, não existia o atual prédio, então funcionava em um espaço cedido pela Secretaria Estadual de Educação, no prédio da Escola Estadual Otacílio Nunes, localizada no Bairro Areia Branca, na cidade de Petrolina-PE.

No ano de 1988, o então Presidente José Sarney, por meio do Decreto nº 96.598, em 25 de agosto, criou a Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, a partir da antiga ETFPE, nesse momento funcionavam duas unidades, o atual “*Campus* Petrolina Industrial e o Petrolina Zona Rural”. O referido decreto, no artigo primeiro, afirmava que a escola estava “subordinada à Secretaria de Ensino de Segundo Grau do Ministério da Educação”. Isso se deu porque, na ocasião, foram disponibilizados apenas cursos profissionalizantes de segundo grau, os quais são correspondentes ao atual ensino médio técnico.

Logo, a escola foi criada e teve como função principal formar mão de obra especializada para preencher uma parte das vagas no mercado de trabalho local, que estava em ascensão, a agricultura irrigada. Ainda nesse decreto, estava posto que aquela escola tinha por finalidade “constituir-se em um centro de educação rural com vistas ao crescimento da agropecuária local e regional”.

Diante disso, em de 12 de setembro 1989, o mesmo presidente sancionou a Lei nº 7.816/1989, que dispôs sobre a “criação de empregos nas Escolas Técnicas Federais”, conforme exposto no anexo III da referida lei²⁴, que apresentou o quantitativo e os profissionais que preencheriam vagas disponibilizadas para compor as equipes nas duas unidades.

²⁴ Anexo III, (pág. 01. 1989) da Lei nº 7.816, de 12 de setembro de 1989. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7816-12-setembro-1989-365430-anexo-pl.pdf>. Acesso em 03 nov.2020.

O decreto informou um total de 172²⁵ vagas, para as duas unidades de Petrolina, sendo 60 vagas para professores e 112 vagas para servidores técnicos-administrativos, divididos como nível apoio (35), nível médio (52) e nível superior (25).

Na década seguinte, foi por meio da Lei nº 8.731, de dezembro de 1993, que essa instituição passou a ser uma Autarquia Federal. Na ocasião, o então Presidente da República Itamar Franco e o Ministro da Educação Murílio de Avellar Hingel, realizam um reordenamento nas escolas, e foi mudado o nome de “Escolas Técnicas Federais” para “Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina” (CEFET/Petrolina). Conforme a referida lei, no Artigo 1º, afirma: “além da autonomia que lhes é própria como entes autárquicos, as Escolas Agrotécnicas Federais terão, ainda, autonomia didática e disciplinar”.

No ano de 1999, o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), e seu Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, por meio de um Decreto (sem número)²⁶, de 26 de novembro, cria o Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina PE. (CEFET- Petrolina PE). Já no ano de 2001, ainda no governo FHC, por meio do Decreto nº 4.019, de 19 de novembro de 2001, com a finalidade de transferir a “Unidade de Ensino Descentralizada de Petrolina” do “Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco”, unidade central na capital do estado, então criou-se o Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina (CEFET), unificando as duas unidades existentes na cidade, a Escola Agrotécnica, atual *Campus* Petrolina Zona Rural e o atual *Campus* Petrolina Industrial.

Após essa série de mudanças, a última foi estabelecida pela Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008, quando da criação dos Institutos Federais

²⁵ Vagas de nível superior: serviço social, biblioteconomia, pedagogia, medicina, odontologia, técnicos em assuntos educacionais, administração, psicologia e contabilidade. Vagas de nível médio: auxiliar de enfermagem, auxiliar em assuntos educacionais, assistente em administração, técnico de audiovisuais, técnico em contabilidade, datilógrafo, motorista, vigilante, digitador, operador de teleimpressora, mecânico de auto, técnico em secretariado, desenhista técnico/espacialidade, técnico em eletricidade. Vagas nível apoio: porteiro, contínuo, auxiliar de artes gráficas, auxiliar de laboratório, encanador, marceneiro, pedreiro, pintor, auxiliar de eletricitista, servente de limpeza, operador de máquina copiadora, carpinteiro e telefonista.

²⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1999/Dnn8682.htm Acesso em 03 nov. 2020.

de Educação Ciência e Tecnologia (que fazem parte da Rede Federal de Educação profissional, científica e Tecnológica -Rede e-Tec).

Atualmente, o IF Sertão PE proporciona práticas educacionais de acordo com os seguintes eixos tecnológicos: controle e processos industriais; informação e comunicação; gestão e negócios; infraestrutura; produção alimentícia; recursos naturais; produção industrial, abrangendo as áreas das: ciências exatas e da terra, ciências agrárias, engenharia, linguística, letras e artes.

No Projeto Pedagógico²⁷, observamos que a instituição apresenta como sua missão: “promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa, inovação e extensão, para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável”. A missão de uma instituição define a sua finalidade e representa os objetivos a serem seguidos desenvolvimento das relações entre a comunidade.

Apresenta como visão: “consolidar-se como uma instituição pública de qualidade, buscando a excelência e o reconhecimento pela sociedade como agente de transformação. Valores: Compromisso Social, Ética, Transparência e Valorização do ser humano”. A visão representa algo aspirado pela comunidade institucional e deve orientar, aos que fazem parte dela, na prática de trabalho diário, a fim de alcançar as metas planejadas.

Os valores institucionais:

Compromisso Social Pautado em ações de desenvolvimento e apoio a programas de qualidade de vida e sustentabilidade, buscando sempre a troca de conhecimento entre a comunidade acadêmica e a população. Ética Pautada na atuação com comprometimento, cooperação, profissionalismo, flexibilidade e respeito, valorizando os princípios morais e comportamentais na condução de ações institucionais. Transparência Pautada na publicidade de informações acessíveis e atuais, que possibilitem a participação popular no controle e proposições de melhoria dos serviços ofertados. Valorização do ser humano pautada na dignidade, democracia e imparcialidade, por uma educação inclusiva, libertadora e mais sensível à convivência e à empatia. (BRASIL. 2019: 25).

Os Valores são os princípios referenciais norteadores na realização das atividades e na definição das ações a serem realizadas para cumprir sua missão,

²⁷ Disponível em: <https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/Consup/2019/Resolucao%20n%2036.pdf>
Acesso em 23 nov. 2020.

sem perder de vista o objetivo e a finalidade da prestação de serviços a que se propõe. Conforme Professora Heloisa Luck:

(...) de posse de uma análise ampla e profunda da realidade em que se contextualiza a escola, são delineadas sua missão, visão de futuro e valores. Esses aspectos delineiam a política da escola em vista do que, não são proposições meramente filosóficas. Estratégia é uma forma de realizar uma política (Baptista, 1995) daí porque é importante a definição de missão, visão e valores. São os elementos básicos do plano que imprimem significado a tudo o mais que nele se coloca. Sem elas para implicar as ações, estas passam a ser meramente funcionais. (LÜCK: 2000: 7).

Atualmente, o IFSertãoPE possui oito unidades administrativas, sendo sete *Campi* e a Reitoria. Inicialmente tinham apenas dois *campi* em Petrolina. Logo, no ano de 2009, houve a implantação de um *Campus* na cidade de Floresta, que estava previsto na primeira fase da expansão. Depois disso, já em 2010, houve a inauguração de mais dois *Campi*, um na cidade de Salgueiro e outro em Ouricuri. Conforme segue o projeto de expansão como resultado da terceira fase, criou-se mais dois *Campi*, dessa feita, nas cidades de Serra Talhada e Santa Maria da Boa Vista, além de três centros de referência nas cidades de Petrolândia, Sertânia e Afrânio, todas essas cidades no estado de Pernambuco.

Mesmo consolidada a terceira e última fase de expansão, previstas no projeto inicial, ainda se tem, em alguns *Campi*, o andamento de obras referentes ao funcionamento básico da instituição, que tiveram atrasos de orçamento e/ou outros problemas na execução, como por exemplo, as quadras poliesportivas, espaço importante para realização de atividades pedagógicas de esporte, cultura e lazer, dos *Campi* Floresta, Salgueiro e Ouricuri, que foram inauguradas no ano de 2018, oito anos após início das atividades.

Atualmente, todos os *Campi*, funcionam nos três turnos e disponibilizam cursos regulares de nível superior tecnológico, licenciatura, ensino médio técnico, ensino subsequente ao médio e Proeja.

O *Campus* Petrolina Industrial, *locus* dessa pesquisa, atende à demanda estudantil em de forma regional, abrangendo cidades dos estados vizinhos como Bahia e Piauí, como também, muitos estudantes de outras regiões do Brasil, que acessam o ensino superior por meio Sisu, com as notas do Enem. As cidades de abrangência do *Campus* Petrolina, na região do Vale do São Francisco são:

Afrânio, Dormentes, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó, Orocó e Terra Nova, Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho, Senhor do Bonfim, Sento Sé e Pilão Arcado e suas respectivas áreas rurais. Para melhor visualizar o *Campus, locus* desse estudo, vejamos a figura 3.

Figura 3 - Foto da fachada do IF SertãoPE/Campus Petrolina



Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

Atualmente, o *campus* conta com equipe de 134 servidores públicos estatutários, sendo 120 técnicos-administrativos e 134 docentes, além de equipe de trabalhadores terceirizados.

Todos os servidores estatutários são contratados por meio de concurso público e seguem o regime da Lei nº 8.112/90.²⁸ Para o cargo de docente o concurso tem três etapas avaliativas que é a prova discursiva, a prova de aula prática e avaliação de títulos. Para esses é exigido diploma de curso superior em nível de graduação, de acordo com a área que vai atuar, e estão incluídos plano de carreira de magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), destinado especificamente aos profissionais habilitados na docência própria da educação básica e da educação profissional e tecnológica, conforme disposto na Lei nº 9.394²⁹, de 20 de dezembro de 1996, e na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. (§ 2º do Art. 2º da Lei nº 12.772/12).

Os docentes são contratados em regime de dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa e extensão, podendo também atuar na gestão institucional. A carga horária de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais, em tempo integral, ou de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

²⁸ Lei 8.112/90. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm

²⁹ Lei nº 9.394. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Não obstante, observamos no regulamento docente da instituição, Resolução nº 22/2016,³⁰ que o desenvolvimento das atividades está pautado na valorização da pessoa humana, democratização do conhecimento e liberdade de expressão no exercício da aprendizagem, conforme resolução citada, que objetiva regulamentar atividades referentes ao planejamento, execução, acompanhamento e a avaliação das atividades de ensino, extensão, pesquisa, inovação, gestão institucional e de representação dos professores do ensino básico, técnico e tecnológico do IFSertãoPE.

Ainda de acordo com a resolução docente, no seu artigo 4º, as atividades docentes na instituição deverão se embasadas nos seguintes princípios éticos:

Art. 4º O exercício das Atividades Docentes no IF Sertão-PE deverá embasar-se nos seguintes princípios éticos: I - apropriação, construção e socialização do conhecimento, caracterizado pelas ciências e pelas artes, por meio das diferentes linguagens; II - promoção do processo de humanização, considerando os aspectos éticos, democráticos e da diversidade humana; III - busca permanente pela afirmação de direitos, por condições materiais e de organização do trabalho, que permitam a eficácia do processo de ensino e aprendizagem técnica, política e humana; e IV – compromisso com a formação ético-humanística, com o processo político pedagógico, com a diversidade cultural, com a inclusão, com a convivência solidária, com a pesquisa, extensão e inovação.³¹ (BRASIL, 2016)

O *Campus* Petrolina tem como órgão colegiado interno o Conselho de *Campus* (CONCampus)³², órgão máximo da instituição, de caráter consultivo e deliberativo. Tem a finalidade decidir sobre as propostas que visam o aprimoramento dos processos educativo, administrativo e orçamentário-financeiro do *Campus*, como também fiscalizar a execução do serviço público de qualidade.

A composição do Conselho de *Campus* é paritária, composta pela comunidade escolar e sociedade civil. O mandato dos conselheiros eleitos tem

³⁰ Resolução nº 22/2016. Disponível em: https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/IF_Sertao-PE/Documentos/Conselho-Superior/Resolucoes/2016/resolucao_n_22_ok.pdf Acesso em 28 set. 2020.

³¹ Disponível em: https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/IF_Sertao-PE/Documentos/Conselho-Superior/Resolucoes/2016/resolucao_n_22_ok.pdf

³² A organização e o funcionamento dos Conselhos de *Campus* são regulados pela Resolução do Consup nº 20/2018. Disponível em: <https://www.ifsertaope.edu.br/images/Consup/2018/Resolucao%20n%2020.2018%20%20%20Minuta%20do%20Regimento%20do%20Conselho%20de%20Campus.pdf>

duração de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito por mais uma vez para o período de mandato seguinte.

Conforme apresentado no Título IV, Capítulo I, Art. 105 do Regimento Geral do IF Sertão-PE.

O Conselho do Campus é constituído por: I- Diretor Geral, como presidente; II- O Diretor de Administração e Planejamento ou instância equivalente; III- O Diretor de Ensino ou instância equivalente; IV- O Coordenador de Pesquisa ou instância equivalente; V- O Coordenador de Extensão ou instância equivalente; VI- Representante dos servidores docentes; (eleitos) VII- Representante dos servidores técnico-administrativos; (eleitos) VIII- Representante dos discentes; (eleitos) IX- Membro representante da sociedade civil.

O *Campus* possui assento em dois conselhos institucionais que é o Conselho de Dirigentes (Codi), esse formado apenas pelos servidores que estão ocupando cargos de direção geral de cada unidade, dos Pró-reitores e do Reitor. Como também do Conselho Superior (Consup), sendo esse o órgão máximo e mais importante de toda instituição, pois agrega a participação de toda comunidade, seguindo a representação paritária. Ambos de caráter consultivo e deliberativo.

Os estudantes também contam com seus órgãos representativos para atividades de organização e mobilização estudantil. Interação com liberdade política e de associação por meio do Grêmios Estudantil e Diretórios Acadêmicos, que são direcionados pelos estatutos próprios de funcionamento. Os estudantes possuem representantes de cada sala e por meio de eleição, entre seus pares, elegem um representante para o Conselho de *Campus* e no Conselho Superior.

No *Campus* Petrolina, assim como nos demais *Campi* do IFSertãoPE, o ingresso nos cursos de nível superior seja tecnológico e/ou licenciaturas, se dá partir do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação (MEC), com base na nota obtida pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Já o ingresso para os cursos de nível médio técnico, técnico subsequente ao médio, Proeja, pós-graduação, formação inicial e continuada (FIC) e os cursos da educação a distância se dão por meio de processo seletivo individual, em cada *Campus*, acontece por meio de edital público específico, e sempre ocorre de acordo com a disponibilidade de vagas em cada modalidade por curso.

O *Campus* está localizado na Rua Maria Luiza de Araújo Gomes Cabral no Bairro João de Deus, na cidade de Petrolina. Atualmente possui uma área construída de aproximadamente 47.795,94 m².

O quadro 1, abaixo, mostra de forma detalhada os cursos disponíveis na instituição:

Quadro 1 - Cursos disponíveis na instituição

Modalidade	Cursos	Acesso	Pré-requisito
Médio Integrado	Edificações	Processo seletivo	Ensino fundamental
	Eletrotécnica		
	Informática		
	Química		
Subsequente	Edificações	Processo seletivo	Ensino médio
	Eletrotécnica		
Subsequente Ensino a Distância	Agente Comunitário de Saúde	Processo seletivo	Ensino médio
	Logística		
	Manutenção e Suporte em Informática		
	Segurança no Trabalho		
	Serviços Públicos		
Proeja	Edificações	Processo seletivo	Ensino fundamental
	Eletrotécnica		
	Informática		
Proeja FIC	Operador de Computador	Processo seletivo	Ensino fundamental
	Mestre de Obras		
	Eletricista Predial		
Superior	Licenciatura em Computação	Enem /Sisu	Ensino médio
	Licenciatura em Física		
	Licenciatura em Música		
	Licenciatura em Química		
Superior tecnológico	Tecnologia em Alimentos	Enem/Sisu	Ensino médio

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa.

Conforme observamos, há diversidade de cursos em todas as modalidades de ensino. A instituição de referência regional é possuidora de boa qualidade de ensino e, de acordo com avaliação do Enade, tem cursos com nota máxima. Distribuídos em todos os cursos acima citados, no ano de 2018, o total de estudantes matriculados foi de 2.432, já em 2020 tem 2.999. Mas ainda se tem um problema a ser resolvido na instituição: a retenção e a evasão escolar.

Não obstante, em meio a esse cenário de aumento das vagas também ocorre que muitos estudantes abandonam a instituição, e outros permanecem para além do tempo previsto. Dentre as estratégias de intervenção, para diminuir os números de evasão no IFSertãoPE, existem os Programas de Assistência

Estudantil – normatizados pela Resolução nº 46/ 2015, e sua atualização, que foi elaborada com base no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

É por meio de vários programas, projetos, serviços e ações, organizados pelas Universidades e pelos Institutos, e disponibilizados pela assistência estudantil, objetivando dirimir as disparidades provenientes de condições socioeconômicas e culturais, entre os estudantes. Direcionando, assim, para o *locus* desse estudo, o IFSertãoPE, o qual segue os objetivos e os princípios do Pnaes, na implementação dos seus programas.

Para tanto foi elaborada, inicialmente, a Resolução nº 07/2012 a qual, após três anos, foi reformulada e substituída pela Resolução nº 46/2015. Assunto a ser discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFSERTÃOPE

2.1 A Política Nacional de Assistência Estudantil

Para analisarmos o Plano Nacional de Assistência Estudantil – 2010 (Pnaes) é preciso, inicialmente, compreender que, neste trabalho, consideramos a Assistência Estudantil (AE) como um programa focado no âmbito da política de educação. Essa, por sua vez, é uma política de caráter universal, que nos últimos 30 (trinta) anos, tem passado por mudanças, no sentido de ampliação do acesso de estudantes da classe trabalhadora a essa política. Conforme exposto no Plano Nacional de Educação (PNE, 2001)

- (a) Há necessidade de expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes, [...].
- (b) “Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais, possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito, nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno.

Com isso, verificamos que o acesso e permanência de estudantes, oriundos da classe trabalhadora, proposta pelo PNE – 2001, é uma consequência da atualização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que, de acordo com Diéges (2015) trata da organização da educação no Brasil e, especialmente, da universalização do ensino médio gratuito, oferecido pelo poder público, permitindo a partir dos anos 2000, uma maior demanda para as universidades. Nessa perspectiva, Diéges (2015, p.01) ressalta que:

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996 definiu as linhas para todos os níveis de ensino, incluindo o ensino superior[...] no tocante a abertura de novos cursos e de novas vagas nos cursos já existentes. [...]contudo, até o início dos anos 2000, essa expansão não significou o efetivo ingresso do jovem na universidade, principalmente o jovem de baixa renda. Esse acesso só foi ampliado a partir de 2003, com a implantação e melhoria de determinadas políticas destinadas ao ensino superior, como o Prouni e o FIES, e a reestruturação e ampliação do ensino superior público de nível federal.

Dessa maneira, juntamente com a reestruturação, expansão e interiorização do Ensino Superior e das Universidades Federais, tem-se a reestruturação da Rede Federal de Ensino Tecnológica. Vale ressaltar que, inerente a esse processo, cresce o número de estudantes oriundos da classe

trabalhadora nas universidades públicas e nos IFs, fato que requer um aumento nos investimentos dos programas e serviços estruturantes e assistenciais complementares, nessas instituições. Isso se dá como uma forma de reconhecimento das desigualdades sociais, por parte do Estado, obrigando-o a agir para promover equidade e justiça social, ainda que minimamente.

Logo, a Assistência Estudantil é um instrumento de diminuição das disparidades sociais existentes entre os estudantes que estão presentes no Ensino Tecnológico Federal. Pois, é um dos caminhos possíveis para promover a superação das desigualdades, mesmo que paliativamente. Visto que, a equidade é a forma legal de colocar todos os estudantes no mesmo ponto de partida, nas mesmas condições de permanência.

No entanto, para promover condições de igualdade é necessário que o poder público reconheça a existência das diferenças e limitações, pessoais e sociais, para assim poder criar ações, programas e políticas que possibilitem as mesmas condições de acesso às políticas públicas e direitos sociais. Diante do exposto, Magalhães (2013) destaca que a universidade é um espaço que, historicamente, foi ocupado pelas classes abastadas, portanto as políticas assistenciais sempre foram deixadas em segundo plano e as ações ocorriam de formas pontuais, isoladas e descontinuadas.

Não obstante, as primeiras ações destinadas a apoiar estudantes nas universidades remontam ao período do Regime Monárquico brasileiro. Tratava-se das Caixas Escolares. Essas ações possibilitavam bolsas de estudos e material escolar, eram ações de caráter assistencialistas. Tratava-se de um fundo financeiro criado por famílias ricas, que enviavam suas doações para ajudar estudantes pobres a se manter na universidade.

Porém, mesmo com a existência de algumas legislações no Brasil que versam sobre o tema, somente podemos falar de política pública, sob a perspectiva dos direitos humanos, após a aprovação da Constituição de 1988, da LDB, do PNE e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pois, diante desse aparato legal, pode-se conceber uma política com princípios da equidade e da justiça social.

Desse modo, o programa atual da Assistência Estudantil é uma conquista dos movimentos sociais estudantis, que muito lutaram pela implementação da AE nas universidades. Destacamos aqui o Movimento de

Casas de Estudantes (SENCE), o Movimento Estudantil representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), além do o Movimento de Estudantes Negros, que lutaram arduamente pelas questões das cotas e culminou com a aprovação da Lei nº 12.711/2012 que instituiu a Política de Ações Afirmativas.

Paralelo a esses movimentos estudantis, houve o Fórum Nacional de Pró-reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) - órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Diante das demandas apresentadas pelas universidades e pelos movimentos estudantis, dos anos 1990 a 2000, o Fonaprace realizou estudos e pesquisas com os estudantes das instituições federais de ensino superior. Essas pesquisas tiveram como objetivo conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos/das discentes e identificar as suas principais demandas, e assim construir dados para embasar o Pnaes, bem como o seu aperfeiçoamento, além de realizar diagnósticos, análises, acompanhamentos e avaliações.

É importante destacarmos que, o Fonaprace realizou, no período de 1993 a 1996, alguns estudos com temas específicos sobre a realidade das residências, restaurantes universitários e a saúde dos estudantes, que resultaram na proposta de reorganização desses serviços no projeto do Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Já em 1994, foi feita a primeira pesquisa para conhecer o perfil socioeconômico dos estudantes das Ifes, de forma amostral. Em 1996, a pesquisa foi repetida, porém, dessa vez, com um objetivo específico: formular os programas da política de Assistência Estudantil. Conforme o Fonaprace (2012, p.19) o intuito era a “identificação de dados confiáveis que fundamentassem a formulação e elaboração de uma proposta de política de assistência ao/às estudante”.

Ao longo do tempo, as discussões travadas nos encontros regionais e nacionais do Fonaprace foram se consolidando para a realização de uma pesquisa de abrangência nacional, que fosse capaz de traçar o perfil dos estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial das Ifes. Nesse sentido, o Fonaprace, em parceria com a Andifes, deu início à realização de pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação.

Dessa forma, a primeira pesquisa ocorreu no ano de 1996, a segunda foi em 2003, a terceira em 2010, a quarta em 2014 e última em 2018 (ANDIFES, 2020).

Nas novas pesquisas, o Fonaprace visou aperfeiçoar o mecanismo de coleta e a análise. Com isso, novos dados importantes foram aparecendo, contribuindo para o aperfeiçoamento dos estudos, e, logo, as informações geradas pelas pesquisas serviram de subsídios e indicadores socioeconômicos para elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil no ano de 2007.

Nessa direção, o tema Assistência Estudantil tem sido muito discutido pela comunidade acadêmica, nos últimos tempos, considerando que a expansão das Ifes não se trata apenas de abrir novas vagas, mas garantir as condições mínimas de permanência dos estudantes, seja nas universidades ou escolas técnicas. Portanto, de acordo com o Fonaprace (2012, p.63), a Assistência Estudantil é:

[...] conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida”, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A partir disso, observamos que com o Decreto nº 7.234/2010, a materialização da Assistência Estudantil passou de plano de política de governo para política de Estado. Essa normatização representa a melhoria da Portaria de nº 39 do MEC, de 12/12/2007, a qual foi a primeira normativa que objetivava a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, a partir de 2008.

É relevante destacarmos que o decreto é uma ferramenta que pode ser usada pelo chefe do poder executivo para dar agilidade a assuntos urgentes e de interesse particular que esse queira dar celeridade e/ou efetivar assuntos administrativos que possam levar muito tempo no devido processo nas casas legislativas.

Logo, foi a implementação do Pnaes que deu o formato atual às diretrizes nacionais a serem seguidas, embora as instituições possam acrescentar critérios próprios para orientar as normativas internas. O Pnaes determinou as áreas e os programas principais que os recursos e ações deverão ser direcionados para atender a demanda dos estudantes. Nessa direção, Souza (2011, p.3), acrescenta que a Assistência Estudantil:

(...) transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

O exposto acima nos revela que o referido Plano de Assistência Estudantil estava previsto no Plano Nacional de Educação de 2001, que na ocasião acolheu uma demanda do Fonaprace e inseriu o texto que tratava sobre a implementação de programas nas universidades. Então, a elaboração e implantação visa atender as antigas reivindicações dos estudantes que, depois de muitos embates políticos, veem a materialização da Assistência Estudantil na elaboração do plano que foi regulamentado pelo decreto.

Assim, verificamos que, inicialmente, na elaboração do PNAS e na Portaria de nº 39 do MEC, a assistência estudantil estava direcionada apenas dos estudantes de graduação das universidades federais, considerando que todas as pesquisas e estudos do Fonaprace foram realizados nessas instituições e direcionados para os discentes de graduação. Todavia, na elaboração do Decreto nº 7.234/2010, os estudantes dos IFs também foram inseridos como público a ser beneficiado pela Assistência Estudantil. Conforme o artigo 4º do Decreto que regulamenta o PNAS:

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (BRASIL, 2010).

Essa citação nos revela que a AE foi concretizada para atender a grande demanda apresentada pelas Universidades e não “diretamente” aos Institutos, que, se comparado com a anterior, torna-se pequena. Percebemos que, em todo o texto do Plano, como também no Decreto, não tem nada que trate da educação profissional tecnológica especificamente, exceto o Artigo 4º do Decreto, citado acima.

Apesar de não termos estudos, em nível nacional, realizados e divulgados pela Fonaprace, sobre o perfil dos estudantes dos Institutos Federais, é possível perceber que não é o mesmo público das Universidades, considerando as características dos cursos que são de nível médio, Proeja e licenciatura.

Diante disso, para melhor conhecermos a Assistência Estudantil na Educação Federal Tecnológica, analisaremos, no próximo item, como ocorre a implementação dos programas, além das suas particularidades no *Campus* Petrolina do IFSertãoPE. Para isso, tomaremos como base a resolução interna que regulamenta os programas da instituição.

2.2 Assistência estudantil no IFSertãoPE/Campus Petrolina

A Assistência Estudantil no IF do Sertão Pernambucano/*Campus* Petrolina foi regulamentada, inicialmente, pela Resolução nº 07/2012, do Conselho Superior, que norteava os programas, nessa instituição, e que foi atualizada pela Resolução nº 46/ 2015, do mesmo Conselho Superior.

Vale ressaltar que, essa última resolução foi construída, no período entre 2013 e 2015, por um Grupo de Estudo, formado pelas equipes responsáveis pela implementação da assistência estudantil de todos os *Campi*. Logo, o objetivo era a elaboração de uma normativa que contemplasse a situação social, econômica e cultural dos estudantes, de acordo com a realidade apresentada no cotidiano do trabalho daqueles profissionais, considerando que a primeira normativa não atendia a realidade a esse público, pois, ao ser criada, não contou com a participação dos beneficiários e profissionais responsáveis pela implementação e execução dos programas.

Todos os membros foram nomeados por portaria oriunda da Diretoria de Apoio ao Ensino e Aprendizagem, órgão gestor dos programas, localizado na Reitoria. Desse modo, as atividades da comissão nomeada de “Grupos de Trabalho” (GT) foram divididas por áreas de atuação, conforme representado no quadro abaixo.

	Áreas responsáveis	Objetivos
Grupos de trabalho	Psicologia	Desenvolver atividades de prevenção e cuidados a saúde mental em consonância com as orientações da psicologia e do SUS.
	Enfermagem	Desenvolvimento de atividades de prevenção e cuidados com a saúde preventiva, coletiva e primeiros socorros.
	Nutrição	Elaboração do cardápio e calendário de alimentação e nutrição escolar.
	Serviço social.	Elaboração dos programas específicos de auxílio financeiro destinados aos estudantes.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa.

Portanto, a referida resolução norteia-se pelos objetivos e princípios gerais do Plano Nacional de Assistência Estudantil e pelo Decreto Federal de nº 7.234/2010. E tem como objetivos: minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais entre os estudantes, além de visar garantir, minimamente, a sua permanência e o êxito, buscando reduzir o índice de evasão e retenção, a fim de promover e ampliar a formação integral.

Nessa Instituição, os programas são divididos em dois eixos, conforme apresentado no Quadro abaixo:

Quadro 3 - Tipos de Programas

Programas	Tipo de serviço:
Acesso Universal	Atenção à saúde: atendimento psicológico, nutricional, social, alimentação escolar e cuidados da enfermagem.
	Ajuda de custo
	Napne- Núcleo de apoio à pessoa com necessidade específica de aprendizagem. Tradutor Intérprete de Libras.
Acesso Seletivo	Auxílios financeiros: Alimentação, moradia, transporte, material didático e creche

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa

A partir do quadro 3, é relevante destacarmos que os programas denominados universais são de acesso livre, destinados a todos os estudantes do IF do Sertão Pernambucano, que estiverem matriculados nas modalidades de ensino presencial, semipresencial ou a distância. No caso do *Campus Petrolina*, os programas disponibilizados, no ano de 2018, foram: acesso à alimentação escolar, atendimento odontológico, psicológico, nutricional, social, cuidados de enfermagem, bem como suporte profissional técnico aos estudantes com necessidade específica de aprendizagem.

Diante disso, faz-se relevante mencionar que tanto na Resolução nº 46, como no Decreto nº 7.234, apresenta um leque ainda mais amplo de

possibilidades de serviço e programas a serem disponibilizado para os estudantes, conforme observamos no quadro a seguir:

Quadro 4 - Eixos do PNAS

Eixos previstos no PNAS - Decreto nº 7.234	Moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.
Programas previstos na Resolução 46/2015 Consup	Auxílios financeiros: material didático, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio atleta e auxílio creche.
Programas disponibilizados para os estudantes do <i>Campus</i> Petrolina, em 2018.	Auxílios financeiros: moradia, alimentação, transporte, creche e material didático.
	Alimentação escolar, atendimento odontológico, psicológico, nutricional, social, cuidados de enfermagem.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa.

Conforme observado, os eixos que formam a assistência estudantil são réplicas das políticas públicas estruturantes brasileiras, as quais não atendem à população de forma satisfatória, da mesma forma os programas da AE que são uma forma de minimizar, dentro da escola, a ausência de políticas estruturantes.

Conquanto, com o advento da Constituição Federal de 1988, criou-se o tripé da Seguridade Social, o qual possui três pilares, quais sejam: saúde, assistência social e previdência. Sendo o primeiro de caráter universal, o segundo voltado àqueles que dele necessitar e o último para aqueles que contribuirão.

Nesse contexto, os programas sociais de caráter compensatório emergiram no Brasil a partir da expansão do estado neoliberal, em que havia a necessidade de oferecer maior poder de compra à classe trabalhadora excluída do processo de consumo.

Como o Brasil apresenta crescimento econômico inferior às outras economias emergentes e se deparou, ao longo da história, com a alta da inflação, concentração de renda em demasia e a desigualdade social, evidenciou-se um país com altos índices de desemprego e crescimento da taxa de pobreza e extrema pobreza (PACHECO, 2011).

Assim, além da crise econômica na década de 1980, o ápice do período foi o processo de redemocratização, o qual apresentava conteúdo reformista, com o intuito de delinear, na Constituição, políticas sob os princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática, mas em contrapartida, posteriormente, as condições econômicas internas e internacionais se tornaram desfavoráveis (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Portanto, o então sistema político econômico implantado a partir do governo Collor/Itamar foi palco para a implantação das políticas sociais compensatórias, especialmente as de transferência direta de renda, a partir do governo FHC, seguidas pelo governo Lula, as quais tiveram um papel estratégico no cenário político neoliberal, com vistas amenizar a situação precária de grande parte da população brasileira que se encontrava em situação de extrema vulnerabilidade social (PACHECO, 2011).

Nessa ótica, ainda que tenha havido algum progresso na redução da pobreza, com a implantação e criação do Plano Real e, posteriormente, pelas implementações das políticas sociais de caráter seletivo, como o Bolsa Família, (CARVALHO, 2007), milhões de brasileiros ainda se encontram em situação de pobreza e/ou miserabilidade, e, conseqüentemente, estão excluídos do processo de ascensão social o qual o Brasil ainda enfrenta dificuldades para acompanhar.

Logo, as políticas sociais compensatórias de caráter seletivo emergem como tentativa de compensar a classe trabalhadora de baixa renda, constituída por meio dos efeitos do sistema capitalista, que a explora e a oprime, historicamente. De acordo com Bering e Boschetti (2008), o modelo de política social universal e de políticas redistributivas foi profundamente abalado pela lógica do modelo da economia neoliberal. O avanço desse modelo econômico, a partir da década 1990, apresenta tendências de mercado baseadas nos superlucros, supercapitalização e privatização de serviços públicos essenciais, como a saúde e a educação. Então, nessa perspectiva se dá redução dos serviços previstos na CF 88 como direito social universal para um contexto de focalização e seletividade.

Os programas da assistência estudantil estão inseridos na política de educação para sanar objetivamente as lacunas existentes na realidade social, econômica e cultural, que são de responsabilidade de outras esferas e não diretamente da educação, como o desemprego, o difícil acesso aos serviços aos programas de saúde básica e aos serviços saúde bucal, ausência de creches para pré-escolares, como também os serviços de transportes coletivos para mobilidade estudantil.

Portanto, por mais que a educação seja de acesso universal, os estudantes têm enfrentado todos esses problemas estruturais, antes de chegar à sala de aula. Ainda na visão de Bering e Boschetti (2008, p.159), pode-se

considerar uma universalização excludente, pois os serviços existem, mas nem todos conseguem permanecer utilizando por longo prazo.

Nesse sentido os auxílios estudantis atuam de forma mínima para um público específico, seletivo e focalizado. Após ultrapassar as barreiras externas decorrentes das falhas dos serviços públicos estruturantes, alguns estudantes, como os que têm deficiência, superdotação ou altas habilidades, ainda permanecem a ser desafiados para continuar estudando.

Para atender esse público específico da forma mais inclusiva possível, nos Institutos Federais, foi implantado um programa especializado dentro da assistência estudantil que é o Núcleo de Atendimento Especializado à Pessoa com Necessidade Específica de Aprendizagem (Napne), o qual possui natureza propositiva, consultiva e executiva, e tem como finalidade fomentar atividades de convivência com a diversidade e, principalmente, promover ações para eliminar as barreiras arquitetônicas, pedagógicas, educacionais e atitudinais.

Dessa forma, o Napne visa promover condições de acesso e permanência, visando a conclusão dos estudos, com êxito, pelas pessoas com necessidades específicas, na Instituição. Logo, para isso, o Napne do *Campus* Petrolina é composto por uma equipe de técnicos tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), como também de uma comissão de profissionais que atuam de forma multiprofissional, no que tange à resolução de assuntos nessa temática.

Nessa lógica de prestação de serviços de caráter seletivos, Bering e Boschetti (2008, p.157) argumentam a logicidade da “discriminação positiva”, que não está presente apenas nos programas da política de assistência social, mas também nos programas assistenciais presentes das demais políticas públicas como a educação e saúde.

Sendo assim, os programas denominados seletivos são os que fazem repasse de auxílio financeiro para o estudante, prioritariamente, aqueles oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Atualmente, o *Campus* Petrolina disponibiliza os seguintes auxílios: alimentação, moradia, transporte, material didático e creche.

Esses programas específicos são disponibilizados por transferência direta do recurso financeiro aos estudantes, os quais são selecionados por meio de

edital público, realizado até duas vezes ao ano. A quantidade de editais e de auxílios depende dos valores dos recursos disponíveis para esse fim, anualmente.

Logo, os estudantes que recebem os auxílios são aqueles que, ao participarem do processo de edital e apresentarem a documentação solicitada, comprovam estar em situação de vulnerabilidade social e econômica, no entanto, o processo é destinado apenas para os matriculados em cursos presenciais.

Nessa direção, entende-se por vulnerabilidade social, de acordo com alguns autores, a suscetibilidade à pobreza, isto é, a falta de oportunidades para o acesso aos bens e serviços mínimos/essenciais, como a saúde, a educação, a alimentação, a moradia, exposição a violência e situações discriminatórias, dentre outros.

Há ainda a caracterização como sintoma de pobreza, ou seja, a vulnerabilidade social está diretamente ligada a pobreza, a ausência de riqueza ou de acesso à riqueza ou ainda, está relacionada com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios.

Alguns dos maiores problemas enfrentados pelo Brasil ainda nos dias de hoje são as desigualdades e a pobreza. Há um conflito social no que diz respeito ao abandono político e socioeconômico de uma camada populacional brasileira, a qual se defronta com a privação de diversos tipos de oportunidades (SIMÕES; BALBINO, 2019, p. 16)

Assim, pode-se compreender que a vulnerabilidade social é produto do sistema capitalista, uma vez que esse se beneficia desse fenômeno social para gerar lucros para si, e manter o seu *status quo*. Nessa direção, de acordo com Sen (2001), a análise de desigualdade, dentro da diversidade humana, é influenciada por fatores epidemiológicos, meteorológicos e culturais, que são diferentes em cada região, fazendo com que a comparação interpessoal da igualdade passe por um conjunto de variáveis.

Carmo e Guizardi (2018, p.2) coadunam com esse pensamento quando afirmam que:

A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos.

Logo, a avaliação que antes centrava-se em uma variável focal, passa a ter influência de diversas variáveis focais ressaltantes, sendo esse fator relevante na análise de realidades distintas. Assim, “uma das consequências da diversidade humana é que a igualdade num espaço tende a andar, de fato, junto com a desigualdade noutra” (SEN, 2001, p. 51). Portanto, quando se discute o conceito de vulnerabilidade social, há que se considerar diversas e distintas variáveis, como região, população, IDH etc. Considerando que essa problemática se estende a vários campos e espaços ocupacionais.

Conforme supramencionado, a vulnerabilidade social atinge a uma parcela da população que não se beneficia dos mínimos sociais, sendo assim, as pessoas em situação de vulnerabilidade social são aquelas que se encontram nesse contexto.

No entanto, é válido destacar que a vulnerabilidade social não está implícita apenas a esse público, tendo em vista que ela pode se apresentar em espaços privilegiados, ainda que de forma mais branda, porém com características semelhantes. Destarte, essa se apresenta especialmente para as populações mais pobres, haja vista a ausência ou ineficácia das políticas públicas e sociais para esses indivíduos.

Nessa perspectiva, tem-se como conceito de exclusão social, em Lesbaupin, (2000, p.36) que “exclusão social não é um conceito, é uma nova questão social. Essa situação está sendo produzida pela conjunção das transformações no processo produtivo, com as políticas neoliberais e com a globalização”.

Já para Barry (1998, p. 1), “a exclusão social é uma violação das exigências da justiça social manifestada através de conflitos de oportunidades e associados com a incapacidade de participar efetivamente na política.” Para ele, trata-se de um fenômeno distinto da pobreza e da desigualdade econômica.

Desse modo, verifica-se que há convergências de significados para alguns estudiosos do tema, todavia, há semelhanças em suas definições, que apontam a exclusão social como um problema social para as sociedades modernas.

No que tange a inclusão social, fenômeno contrário a exclusão social, concorda-se com Wixey *et al.* (2005, p.16), quando afirma que a inclusão social é um “processo pelo qual a exclusão social é amenizada. Caracteriza-se pela

busca da redução da desigualdade através de objetivos estabelecidos que contribuam para o aumento da renda e do emprego”.

Portanto, quando se trata de inclusão e exclusão nas políticas sociais, deve-se considerar os determinantes sociais dos grupos incluídos nessas políticas, utilizando como base a equidade, o tratamento desigual para realidades desiguais, a fim de obter maior cobertura no atendimento às populações que necessitam dessas políticas para se desenvolverem e/ou subsistirem.

Portanto, a Assistência Estudantil tem critérios de inclusão delimitados, atende-se, prioritariamente, os estudantes de baixa renda e os oriundos de escola pública, conforme preconizado na Portaria Normativa nº 46/2015 do IFSertãoPE, a qual está de acordo com os princípios gerais do PNAES e com o Decreto Federal de nº. 7.234 de 2010, legislação norteadora Assistência Estudantil.

Os demais critérios de elegibilidade, como raça, cor, etnia, gênero, condições de moradia, condições socioeconômicas do estudante e da família, dentre outros, são analisados, particularmente, dentro da subjetividade e individualidade de cada um deles. A análise social é subjetiva e pode reproduzir processos e realidades fragmentadas e abstratas, que em muitos casos, dificulta as possibilidades de compreensão da totalidade social, muitos processos coletivos são canalizados para o indivíduo.

Nesse sentido, podemos compreender que o processo seletivo é inclusivo e excludente ao mesmo tempo, já que não atende a todas as demandas estudantis, nem mesmo atende o que propõe a própria normativa nº46/2015 do IFSertãoPE.

O referido processo seletivo ocorre em duas etapas: a primeira é a inscrição e a entrega de documentos, e a segunda é o estudo social composto pela análise da documentação e entrevista social. Porém, nesse processo, é importante destacar que na análise econômica do estudante não são contabilizados como renda familiar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o seguro-desemprego, o Programa Bolsa Família, auxílios da assistência estudantil e bolsas de estágio, bem como, pesquisa e extensão, pois, no contexto

das políticas sociais, o indivíduo que é atendido por esses programas está em extrema vulnerabilidade.

Nessa perspectiva, a avaliação social consiste em analisar a situação socioeconômica do estudante, assim como criar uma lista de espera com os classificados para serem atendidos, no caso do surgimento de novas vagas.

É importante mencionar que, a Entrevista Social trata-se de um instrumental técnico operativo específico do Serviço Social e possui o caráter de análise subjetiva, na qual são estudadas as manifestações advindas das refrações da questão social. É a etapa na qual ocorre o contato pessoal entre o estudante e o Assistente Social, possibilitando assim que o profissional possa apreender um pouco mais acerca da realidade/contexto social na qual o aluno se encontra inserido, bem como, subsidiar uma melhor avaliação e esclarecimento acerca da condição socioeconômica do discente e do seu núcleo familiar, no que tange às realidades apresentadas.

Desse modo, cabe destacar que a entrevista tem caráter sigiloso, devendo o/a estudante, nesse momento, prestar de forma clara e verídica todas as informações solicitadas pelo Serviço Social, porém é preservado o seu direito de resguardar informações que acarretem desconforto e/ou constrangimento. Ratifica-se a prática do respeito à individualidade de cada pessoa na superação de problemas pessoais e sociais, considerando o que dispõe a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que trata sobre a profissão do Assistente Social.

Nessa direção, os profissionais do serviço social, enquanto parte da equipe multidisciplinar, realizam atividades de extensão e pesquisa, com objetivo de sistematizar dados e informações necessárias para embasar proposições de melhorias para os programas. Além das atividades relacionadas ao trabalho de serviço social, nas atividades da equipe multidisciplinar que implementam os programas da AE, é relevante mencionar a importância das atividades relacionadas a pesquisa concernente ao público-alvo dos programas, assunto a ser estudado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES ORIUNDOS DE ÁREAS RURAIS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IF SERTÃO CAMPUS PETROLINA NO ANO 2018

3.1 Características e aspectos de identificação sociocultural dos estudantes

Antes de dialogar acerca do perfil socioeconômico dos estudantes, é relevante destacarmos que o último processo de expansão e reordenamento da Rede Federal de Educação Tecnológica é recente, visto que, teve início nos anos 2000. Vale ressaltar que essa expansão e reordenamento ocasionaram muitas inovações para a comunidade estudantil e para os trabalhadores da educação tecnológica federal. No entanto, a expansão no número de vagas, necessariamente, precisa de ampliação nos demais serviços institucionais, como bibliotecas, laboratórios, dos programas da assistência estudantil, dentre outros.

Nessa direção, é imprescindível a instituição conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes que dela fazem parte, para assim compreendê-los nas suas particularidades e diferenças, pois, só assim, é possível desenvolver propostas de trabalho qualificadas, de acordo com o perfil e com a real necessidade desses, principalmente no que tange a implementação dos programas da assistência estudantil. Uma vez que, na implementação de políticas públicas e programas sociais, as atividades devem ser direcionadas partindo da realidade do público a ser atendido, compreendendo-o como sujeitos de direitos e capazes de contribuir na construção do processo.

É a partir dessa perspectiva que se dá a realização desta pesquisa, que teve como objetivo conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes e, assim, contribuir para criação de meios de avaliação do Programa de Assistência Estudantil do IFSertãoPE.

Dessa maneira, esta pesquisa foi realizada por meio da análise de questionários socioeconômicos, que foram entregues pelos próprios estudantes objetivando adquirir o acesso aos programas da Assistência Estudantil, no ano de 2018. Logo, é importante lembrar que este estudo garante o sigilo da identidade dos alunos, como também segue todas as recomendações do parecer de aprovação do Comitê de Ética da Universidade do Vale do São Francisco (Univasf).

Os critérios seguidos estavam previamente delimitados no projeto da pesquisa, e foram os seguintes: os estudantes participantes da pesquisa deveriam, obrigatoriamente, ser oriundos de áreas rurais e estarem incluídos nos programas seletivos da assistência estudantil, no ano de 2018.

Portanto, com a sistematização das informações estudadas, almeja-se criar uma representação do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes do *Campus* Petrolina, usuários da assistência estudantil, especialmente os oriundos das áreas rurais.

Nessa perspectiva, partimos do entendimento de que o perfil socioeconômico e cultural de uma pessoa ou de um grupo social em que se está inserido é formado por um conjunto de características, tais como: idade, gênero, etnia ou raça, classe social, renda familiar, escolaridade, local de residência, dentre outros aspectos.

Com base nisso, apresentaremos as informações e características como: faixa etária, cor de pele ou raça, estado civil, sexo e orientação sexual, como também identificaremos o quantitativo de pessoas no núcleo familiar, e se o estudante possui algum tipo de deficiência, superdotação ou necessidade específica de aprendizagem.

Sendo assim, inicialmente, no decorrer da pesquisa, identificamos que os estudantes pesquisados tinham de 17 a 37 anos de idade, sendo que a maior parte deles tinha entre 19 e 24 anos. Considerando as normativas que sistematizam a educação brasileira, a grande maioria deles está de acordo com a faixa etária considerada comum para acessar os cursos nos quais estão matriculados.

É importante destacar que os cursos de ensino médio dos IFs são de quatro anos de duração, sendo esse composto apenas por estudantes adolescentes, já nos cursos de licenciatura, subsequente ao médio e médio Proeja é comum a presença de jovens e adultos. Para melhor visualização da faixa etária dos discentes podemos observar a tabela a seguir.

Tabela 1 - Faixa-etária dos estudantes oriundos de áreas rurais atendidos pelo programa de Assistência Estudantil do IFSertãoPE Campus Petrolina no ano de 2018

Faixa Etária	Número de estudantes em porcentagem
17 a 23 anos de idade	73,7%
24 a 30 anos de idade	17,1%
31 a 37 anos de idade	9,2%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

Consideramos importante ressaltar, nas discussões sobre acesso à educação, o tema cotas, pois trata-se do acesso à educação como um direito, logo, esse assunto é de primeira ordem nas discussões dos movimentos sociais, especialmente os que tratam de questões como cor e raça e que lutam por uma educação pública, laica e de qualidade.

Nessa direção, é notório que os debates sobre as questões raciais e sobre a composição de cor e raça dos estudantes dos Institutos Federais ganharam maior visibilidade a partir da criação da Lei de Cotas, a Lei Federal de nº 12.711/2012. Sendo assim, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “cor ou raça são características declaradas pelas pessoas com base nas seguintes características: branca, preta, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda ou indígena”³³.

Nessa perspectiva, observamos que, na questão referente a cor da pele ou raça dos estudantes, a maioria (63,2%) se autodeclarou parda, o número de autodeclarados brancos foi de 23,7%, os autodeclarados pretos correspondem a 9,2%. Já os que se autodeclararam indígenas somam 1,3%, da mesma forma dos quilombolas, que somam 1,3%. Com isso, percebemos que o número de estudantes pardos é predominante, no entanto, ainda é importante mencionar que, segundo o IBGE, preto é um grupo constituído por declarantes pretos e pardos, assim, somando os dois grupos, equivale a 72,4%, a maioria predominante.

Logo, esse dado revela que essa maioria de estudantes advém de uma cultura parda que traz consigo o histórico de exclusão, diferenças sociais e de classe, e isso remete a situação de exclusão social, ocorrida na sociedade brasileira, em que a população preta e parda tem enfrentado muitas dificuldades para acessar as políticas públicas, especificamente a educação. Então, podemos mencionar que o IFSertãoPE está cumprindo sua função social que é democratizar a educação pública.

Para melhor visualização dos dados sobre a cor de pele ou raça dos estudantes podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 2 - Quantitativo dos estudantes de acordo com a cor ou raça

³³ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_notas_tecnicas.pdf
Acesso em 30 dez.2020.

Cor ou raça/etnia declarada	Percentual
Pardo	63,2%
Branco	23,7%
Preto	9,2%
Indígena	1,3%
quilombola	1,3%
Soma de pretos e pardos	72,4%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa

A partir dessa tabela, observamos a soma de estudantes pretos e pardos, o equivalente a 72,4%, então é possível verificar o quantitativo dos que têm direito a usar a lei de cotas no processo seletivo ou Enem. No entanto, a pesquisa revelou que apenas 12% afirmaram ter usado a lei de cotas para ingresso no IFSertãoPE, conforme ilustra a Tabela 3 abaixo sobre o acesso pelo uso do sistema de cotas.

Tabela 3 - Acesso pelo uso do sistema de cotas

Acesso por cotas	Quantitativo em porcentagem
Sim	12%
Não	88%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

Conforme observamos nos dados acima, existe uma contradição, pois a maioria dos estudantes é oriunda de escola pública, de baixa renda e de cor de pele preta e parda, o que os torna, dentro dos critérios, legítimos para acesso por meio da reserva de vagas, mas mesmo assim a grande maioria não é cotista.

Para compreendermos essa informação, recorreremos ao setor de matrículas, o qual nos elucida que muitos estudantes do ensino fundamental, que vão ingressar no ensino médio técnico, têm poucas informações sobre o assunto e, em algumas vezes, optam pela ampla concorrência.

Ainda para elucidar esse dado, recorreremos aos profissionais do Serviço Social do *Campus*, os quais afirmam que, em momentos de atendimento social, com alguns estudantes, foram feitos questionamentos sobre essa temática e, com base nas falas dos desses, concluiu-se que muitos têm poucas informações sobre o assunto e se informam melhor depois que já estão estudando na Instituição.

Já no que tange ao universo do gênero dos estudantes pesquisados, 49,3% eram do sexo feminino e 50,7% do masculino. Quanto a questão sobre orientação sexual, 97,3% se autodeclararam heterossexual e 3% homossexual. Vale destacar que, nesse universo, a maioria dos discentes eram solteiros, com

uma representação de 97,4%. Também percebemos que, em relação à questão do sexo, há equivalência de ambos quanto ao acesso aos auxílios oferecidos pela assistência estudantil.

Importante observar que esse dado tem uma relativa equivalência com o número total de estudantes do *Campus*, no ano 2018, que, de acordo com o Sistema de Apoio à Gestão Educacional (SAGE), o total de alunos do sexo masculino era de 56,3%, já o quantitativo feminino correspondia a 41,0%. Ainda verificamos que, no questionário do SAGE, não há espaço para resposta diferente da heteronormatividade, nem sequer é feita qualquer pergunta diferente de binária.

Outro elemento verificado é que apenas 4% dos estudantes pesquisados tinham filhos, e a grande maioria, 96,1%, não tinham. Quanto a esse dado, podemos observar que isso se dá em decorrência da idade dos discentes, visto que maior parte dos estudantes pesquisados estavam entre 19 e 24 anos de idade, como apontado na primeira tabela, ou seja, ainda na etapa de formação profissional para, consecutivamente, colocarem-se no mercado de trabalho.

Os dados condizentes com a faixa etária também revelam que muitos jovens vivem sob dependência financeira dos pais e que, embora não sejam público alvo desta pesquisa, é necessário destacar que muitos dos jovens, que são mãe/pai na juventude, em sua grande maioria não estão estudando devido às responsabilidades com o autossustento e cuidado com os filhos.

Outro fator verificado, conforme previsto na PNAS e na Resolução nº46, que trata da Assistência Estudantil no IFSertãoPE, é que os serviços de saúde são extremamente importantes para atender as demandas dos estudantes. Logo, vale destacar que, no *Campus* Petrolina, os discentes têm acesso aos serviços de odontologia, enfermagem, nutrição e psicologia.

No geral, a maioria das atividades coletivas são direcionadas para fatores relativos às questões ligadas a gênero, sexualidade, reprodução, prevenção de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), uso abusivo de drogas lícitas (como álcool e tabagismo), utilização de drogas ilícitas, depressão e suicídio.

Sendo assim, considerando a importância dos serviços acima citados, a pesquisa buscou observar as condições de saúde nas variáveis: depressão, ansiedade, diabetes, hipertensão, desnutrição, ISTs, problemas decorrentes de uso abusivo de álcool ou outras drogas. As respostas obtidas foram as seguintes:

93,4% afirmaram não ter nenhum dos problemas perguntados, já 6,6% afirmaram ter ansiedade, e 2,6% disseram ter depressão.

As instituições de educação devem promover a acessibilidade para todos os estudantes, principalmente para aqueles que tenham alguma deficiência, limitação ou necessidade específica de aprendizagem. Assim, na análise documental, também foi perguntado se os alunos tinham deficiência visual/cegueira, física/motora, auditiva/surdez, intelectual, múltipla ou amputação, superdotação, daltonismo, TDH, altas habilidades, hiperatividade, dislexia e autismo. Todos os discentes pesquisados não se encaixam em nenhuma das situações citadas, ou seja, 100% afirmaram não apresentarem deficiência ou limitação.

Por fim, para concluirmos esta seção, foi observado as condições de moradia dos estudantes, no que tange à seguinte variável: viver em casa própria ou alugada. Isso se dá na perspectiva de observar se o discente se desloca de seu local de moradia, no contexto familiar, para ingressar no contexto acadêmico, distante dos cuidados familiares, importante variável para identificar as reais condições de permanência e conclusão do curso. Observamos que 92,1% viviam em casa própria, enquanto 7,9% moravam em casa alugada.

No entanto, cabe aqui fazer uma observação, que essa diferença nos dados tende a se modificar a cada ano, devido ao ingresso de novas turmas no ensino superior, por meio do Sisu, o qual permite que estudantes de diferentes regiões do país concorram a vagas usando a nota do Enem.

Desse modo, para a análise de acesso aos programas da AE (Assistência Estudantil) a questão da moradia não esgota apenas nessa variável citada acima, mas também em questões referentes ao local de residência, tamanho e estrutura da moradia, situações de segurança pública no entorno da residência, acesso a saneamento básico, meio de transporte, tempo e valor gasto no trajeto até a instituição de ensino.

Portanto, no próximo item iremos dialogar acerca das características que constituem o perfil educacional dos estudantes. A fim de compreender as condições as situações anteriores ao acesso ao IFSertãoPE, bem como a atual realidade desses alunos.

3.2 Características que formam perfil educacional dos estudantes

Nesta seção, apresentaremos o perfil educacional dos estudantes a partir das variáveis que tratam sobre a sua origem escolar, observaremos a natureza administrativa da escola frequentada antes de ingressar no IFSertãoPE, como também a modalidade de ensino, o curso e o turno em que está matriculado. É importante observar que o IFSertãoPE tem vários cursos de diferentes modalidades de ensino e, por isso, direcionamos a questão da origem escolar apenas para os estudantes do ensino médio e do ensino superior.

Diante disso, observamos que 98,7% dos estudantes do ensino médio cursaram o ensino fundamental em escolas da rede pública, e apenas 1,3% cursaram na rede privada de educação. Já os de curso superior, de forma unânime, haviam cursado o ensino médio na rede pública de educação. Situação prevista, considerando que o ensino médio brasileiro é predominante público, o qual abarca 87% do total das matrículas nacionais.

Conforme citado anteriormente, os Institutos Federais têm uma característica peculiar que é o modelo de educação verticalizado e, por isso, disponibiliza para a comunidade estudantil as várias modalidades e diferentes níveis de ensino.

Nessa direção, verificamos o nível de ensino que os estudantes pesquisados estavam matriculados, o resultado foi o seguinte: a maioria era de cursos superior, totalizando 43%, em seguida estão os de ensino médio com o total de 35,5%, em terceiro lugar estão os que cursavam o ensino subsequente ao médio (17,1%), e, em menor número, os que cursavam o Proeja, com 3,9% dos participantes. Podemos observar na tabela abaixo, de forma detalhada, os dados citados acima:

Tabela 4 - Número de estudantes por nível de ensino

Modalidade de ensino	Quantidade de estudantes
Curso Superior	43,4%
Ensino Médio	35,5%
Curso Subsequente	17,1%
Proeja	3,9%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

Ainda no que tange ao perfil educacional, identificamos que a distribuição dos alunos por turno está da seguinte forma: os estudantes do turno

vespertino representam 44,1%, já os dos turnos matutino e noturno apresentaram o mesmo quantitativo de 27,9% cada.

A partir disso, vale ressaltar que na última década, a educação tecnológica federal brasileira foi marcada por forte expansão, aumentando o número de instituições, de cursos, de vagas, de estudantes ingressantes e de concluintes. Realidade essa que direcionou as instituições a repensar sobre as condições de acesso, permanência e de êxito da comunidade estudantil.

Partindo da perspectiva de que a democratização da educação começa com o acesso, ou seja, o número de vagas disponíveis para novos estudantes, é notório que esses discentes apresentam diversas dificuldades de se manterem estudando, logo, demandam programas e serviços que promovam as condições para sua permanência. Então, muitos deles só concluem o curso com êxito quando acessam programas, auxílios de suporte para as suas demandas socioeconômicas.

Com base nisso, verificamos o desempenho acadêmico dos estudantes, no que tange a quantidade de reprovações por motivo de notas abaixo da média. Notamos que 41,3% deles não reprovaram nenhuma disciplina. Nesse mesmo quesito, observamos que, também, 41,3% reprovaram entre 1 e 5 disciplinas. Por fim, os que reprovaram entre 6 e 19 disciplinas somam 17,3%. Para melhor entender esses números, observamos o histórico escolar dos alunos e foi constatado que na maioria das disciplinas reprovadas o aluno já havia cursado novamente e obtido aprovação.

Vale destacar que, a questão da reprovação, também conhecida como retenção escolar, dá-se à medida que o estudante reprova determinada disciplina a qual é pré-requisito para outra do próximo semestre, assim, tendem a atrasar em até um ano o tempo previsto para conclusão do curso. Nesse caso, a reprovação é um facilitador da evasão, pois desestimula o aluno quando ele percebe que vai aumentar o tempo para conclusão.

É importante ressaltar que as reprovações por notas não são critérios de exclusão do estudante dos programas da AE. Dessa forma, os discentes com muitas reprovações são orientados a procurar o setor pedagógico para possível entendimento da melhor forma de não ter maiores prejuízos no desempenho acadêmico.

Ainda nesse item sobre desempenho acadêmico, foram observadas as reprovações decorrentes das faltas, visto que, quando a ausência nas aulas soma mais de 25% da carga horária da disciplina, ocorre, então, a reprovação por falta. Vale destacar que esse é um critério de exclusão dos programas da AE, porém é importante lembrar que, antes de qualquer exclusão, é realizado um estudo social para compreender o que de fato causou a ausência na sala de aula.

Dessa maneira, no que tange a essa questão anterior, observamos que, dos estudantes participantes da pesquisa, 72,2% não tiveram nenhuma reprovação por falta, 12,5% tiveram uma disciplina reprovada, e os demais que tiveram reprovações entre 2 e 17 disciplinas somam 14,4%.

A partir desse cenário, consideramos importante que a instituição, por meio do setor pedagógico, demanda analisar, detalhadamente, os motivos de cada reprovação e, assim, planejar, com a equipe multiprofissional, estratégias para minimizar as retenções. Como também, conjuntamente com a AE, articular estratégias e ações que incidam no melhor desempenho acadêmico desses estudantes. Isso seria importante para proporcionar, de fato, melhores condições de permanência do aluno na instituição.

Não obstante, no próximo item estudaremos algumas variáveis que formam o perfil social, econômico e cultural dos estudantes e familiares, para assim melhor compreender a realidade em que vivem.

3.3 Características que formam o perfil socioeconômico dos estudantes e familiares

Consideramos as questões que apresentam a realidade econômica de extrema importância na análise do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes, pois diz respeito às características das famílias que serão analisadas. Nessa seção consideramos as variáveis como: composição familiar, escolaridade, situação de trabalho e renda dos pais, como também o acesso a programas sociais do Governo Federal.

Antes de adentrarmos nessas questões, é importante destacar que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES 2010) propõe a análise de renda familiar bruta mensal e classifica por quantidade de salários-mínimos,

então, a renda *per capita* aceitável é a faixa de até um e meio salários-mínimos. Logo, para chegar ao valor, soma-se a renda mensal bruta e divide pelo número de membros da família.

O Ministério da Educação destina recursos para os IFs implementarem os programas da Política de Assistência Estudantil, que define como público alvo, prioritariamente, os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Por esse motivo, conhecer a realidade econômica dos estudantes é importante para desenvolver serviços e ações condizentes com a realidade do público alvo.

Nessa perspectiva, analisar essas questões é extremamente relevante, considerando que o PNAS aponta a renda *per capita* familiar do estudante como um dos principais critérios para acesso aos programas da Assistência Estudantil, pois, estar dentro da faixa de renda, de até um salário mínimo e meio, faz do discente uma prioridade no acesso aos programas seletivos. Programas esses que, para ter acesso, é necessário participar de edital de seleção pública, no qual os principais critérios são: renda, origem escolar e situação de vulnerabilidade social do requerente.

Nessa direção, observamos a quantidade de pessoas por núcleo familiar. Dessa maneira, notamos que a maioria das famílias (42,7%) era composta por 4 pessoas, seguidamente das famílias que são compostas por 3 pessoas (22,7%). As famílias com 5 pessoas equivalem a 18,7%, seguidas das que possuíam 6 pessoas (8%) no núcleo familiar. Apenas 4% tinham 2 pessoas em seu núcleo, como também, somente, 2,7% tinham 7 pessoas, e 1,3% tinham 8 pessoas em seu núcleo. Para melhor visualizar, vejamos a tabela 05, na qual ilustramos o número de pessoas por família.

Tabela 5 – Número de pessoas por família

Número de pessoas por família.	Quantidade de famílias em porcentagem
2	4%
3	22,7%
4	42,7%
5	18,4%
6	8%
7	2,7%
8	1,3%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

É importante destacar que, de acordo como o IBGE³⁴, no ano de 2018, a renda *per capita* brasileira era no valor de R\$1.373,00, já no estado de Pernambuco, a *per capita* foi de R\$871,00, e, naquele ano, o valor do salário mínimo correspondia a R\$954,00. Esse resultado de *per capita* se dá fazendo a soma da renda recebida por cada membro da família e dividida pelo número de pessoas. Vale ressaltar que o cálculo considera, além dos rendimentos de trabalho, os de outras fontes como pensão e empregos domésticos. Diante disso, observamos a *per capita* dos grupos familiares dos estudantes.

A partir disso, foi possível observar que a maioria (94,7%) das famílias possuíam renda *per capita* de até R\$499,00 mensal, no ano de 2018. Valor esse muito abaixo da média nacional, no mesmo ano. Para melhor visualizarmos, veja a tabela 6, abaixo, que contém os dados acerca da renda per capita familiar:

Tabela 6 – Renda per capita familiar, no ano de 2018

Renda per capita familiar	Percentual de estudantes
Sem renda	0%
Até R\$499,00	94,7%
Até R\$998,00	5,3%
Até R\$1.497,00	0%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

Como foi observado, a renda *per capita*, no ano de 2018, dos estudantes das áreas rurais e beneficiários da AE, estava 2/3 menor que a média nacional. Com isso, é indispensável contextualizar que a realidade socioeconômica no Brasil é caracterizada por intensas desigualdades sociais que refletem diretamente no acesso à educação.

No entanto, apesar de uma parte dos estudantes dos IFs se apresentarem em situação de renda inferior à média nacional, esses ainda não são as camadas mais pauperizadas da sociedade, pois os mais pauperizados não têm acesso nem mesmo a educação básica, que os exclui, consecutivamente, do tecnológico e /ou ensino superior.

Ainda sobre as questões econômicas, identificamos também a realidade sobre trabalho e renda dos estudantes, durante a trajetória acadêmica, bem como os que são atendidos por programas da AE e outros programas sociais do Governo Federal.

³⁴ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23852-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2018>
Acesso em 01 jan. 2021

Já no que tange à variável sobre a situação empregatícia, observamos que 94,7% dos estudantes estavam desempregados, e os que estavam trabalhando somam 5,3%, logo, desses, 2,6% tinham trabalho formal, e 2,6% exerciam trabalho informal. Veja a tabela 07, abaixo, que revela a modalidade do vínculo empregatício do estudante:

Tabela 7 - Vínculo empregatício do/a estudante.

Situação de trabalho do estudante	Valor em porcentagem
Desempregado	94,7%
Trabalho formal	2,6%
Trabalho informal	2,6%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

Ainda nesse item, podemos verificar que a renda dos estudantes é condizente com a tabela anterior, pois identificamos que 92% não possuíam renda própria. Podemos analisar essa informação na tabela 08, abaixo, acerca da renda do estudante:

Tabela 8 - Renda do/a estudante

Renda do estudante	Percentual de estudantes
Não possui renda	92%
Até R\$499,00	5,3%
Até R\$998,00	2,7%
Até R\$1.497,00	0%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

Dessa forma, é notório que os estudantes que não trabalham têm os gastos pagos pelos pais ou familiares responsáveis, realidade que remete ser cabível conhecer as condições de acesso ao trabalho e renda desses. Além de ser extremamente importante observar a escolaridade dos pais e mães dos discentes pesquisados, já que as remunerações são compatíveis com o nível de escolaridade.

Logo, identificamos que, das mães pesquisadas, 13,1% não eram alfabetizadas. No entanto, 45,9% tinham o Ensino Fundamental incompleto; já 6,6% concluíram o Ensino Fundamental. Ainda 4,9% tinham Ensino Médio incompleto, e apenas 24,6% completaram o Ensino Médio. Com relação ao Ensino Superior, 4,9% tinham incompleto, e apenas 3,3% cursaram faculdade. Para melhor visualizar essas informações, ver a tabela 09 sobre a escolaridade das mães:

Tabela 9 - Escolaridade das mães

Escolaridade	Quantidade
Não alfabetizado	13,1%
Fundamental incompleto	45,9%
Fundamental completo	6,6%
Médio incompleto	4,9%
Médio completo	24,6%
Superior incompleto	4,9%
Superior completo	3,3%
Pós-graduação	0%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

Com isso, verificamos que 13,2% dos pais não eram alfabetizados; 51% deles estudaram até o Ensino Fundamental incompleto; 11,3% realizaram o Fundamental completo; 5,6% tinham o Ensino Médio incompleto; 17% tinham o Médio completo; e 1,9% tinha Superior incompleto. Nenhum tinha curso superior completo, nem pós-graduação. Para melhor visualizar, ver tabela abaixo:

Tabela 10 – Nível de escolaridade dos pais

Escolaridade	Quantidade
Não alfabetizado	13,2%
Fundamental incompleto	51%
Fundamental completo	11,3%
Médio incompleto	5,6%
Médio completo	17%
Superior incompleto	1,9%
Superior completo	0%
Pós-graduação	0%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

Com isso, é notório que o nível de escolaridade reflete diretamente na inserção do mercado de trabalho e, consecutivamente, na renda. No quadro a seguir, explanaremos os dados acerca da ocupação e profissão dos pais e mães

Quadro 5 - Ocupação/profissão das mães e pais:

Ocupação/profissão mães	Ocupação/profissão pais
agricultora	agricultor
professora	vigilante
diarista	frentista
enfermeira	tratorista
do lar	mecânico
aposentada	pedreiro
pedagoga	motorista
desempregada	caminhoneiro
	autônomo
	feirante
	vigilante
	aposentado
	diarista
	faz bicos

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

É evidente que as profissões/ocupações desenvolvidas pelas mães e pais são as que têm menor remuneração, e para verificar essa situação observamos quais programas sociais do Governo Federal as famílias dos estudantes estão inseridas. Os dados obtidos, acerca dos discentes e/ou familiares inseridos em programas sociais, são mostrados na tabela abaixo:

Tabela 11 - Estudantes e/ou familiares inseridos em programas sociais

Programas sociais	Percentual de estudantes e/ou familiares
PBF	72,9%
Reforma Agrária	3,4%
Mais médicos	5,1%
Luz para todos	8,5%
Cisternas	6,8%
Garantia safra	8,5%
Farmácia popular	2%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

Importante elucidar que os dados da tabela acima têm característica peculiar, pois se trata de uma questão na qual o estudante pode estar inserido em mais de uma programa ou até mesmo em todos, logo o objetivo da questão foi visualizar quais programas essas famílias estavam inseridas, uma vez que, por serem estudantes que estão dentro de uma margem econômica de baixa renda, o Estado deve agir para que esses tenham as condições mínimas de sobrevivência e acesso às demais políticas sociais, bens e serviços construídos socialmente.

A partir disso, é oportuno verificar os tipos de auxílios acessados pelos estudantes durante o ano de 2018. Verificamos que o maior número de auxílios concedidos foi o material didático, com o quantitativo de 47,2%, seguido pelo transporte III, com 38,9%. Já o transporte II teve o quantitativo de 30,6%; e o auxílio moradia teve 20,8%. Em seguida, temos o auxílio alimentação com 15,3%. E, em menor quantidade, teve o auxílio creche, com 2,8%, e o transporte I, com o quantitativo de 1,4%. Ver representação na tabela abaixo:

Tabela 12 - Percentual de estudantes que receberam em 2018 auxílio estudantil.

Tipo de auxílio	Quantitativo
Alimentação	15,3%
Moradia	20,8%
Material Didático	47,2%
Creche	2,8%
Transporte I	1,4%
Transporte II	30,6%
Transporte III	38,9%

Fonte: Elaborada pela autora com base na pesquisa.

Diante do exposto, percebemos que o auxílio que teve maior número de acesso foi o material didático, pois, devido insuficiência financeira, algumas vezes, o auxílio mais concedido não é o mais solicitado. Essa contradição se dá à medida que, em muitos casos, o estudante solicita um outro tipo de auxílio, e, na ausência do solicitado, a equipe disponibiliza o que tiver disponível, mesmo que de menor valor.

A insuficiência de recursos financeiros para o atendimento da real necessidade do estudante requer que a equipe replaneje, constantemente, a quantidade de vagas, no decorrer da avaliação, e assim atenda o maior número possível de estudantes. Um exemplo clássico é quando dois discentes, em igual situação de vulnerabilidade, solicitam dois auxílios. Caso haja, por exemplo, um único auxílio de R\$200, ele será dividido em dois para atendê-los. Nesse caso, mesmo que o auxílio solicitado não tenha sido atendido, houve o cumprimento mínimo da demanda.

Os recursos para os programas da assistência estudantil são disponibilizados diretamente do Governo Federal para os programas, conforme planejamento anual e com critérios estabelecidos pela matriz Conif. Porém, o que tem tornado a realidade é que os recursos são disponibilizados para atender os estudantes, minimamente, e não de acordo com as suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes atendidos pelos programas da Assistência Estudantil no *Campus* Petrolina, realizamos uma amostra para instrumentalizar e fomentar propostas de melhorias nos programas da assistência estudantil, não só no IFSertãoPE, mas em qualquer unidade dos IFs brasileiros que se propuserem a apreender a realidade dos discentes, usuários dos programas da Assistência Estudantil.

Logo, ao discorrer sobre a política de educação e programas sociais, bem como suas complexas nuances, dentro de um contexto histórico carregado de retrocessos políticos, cortes de investimentos e congelamento, por duas décadas, é notório que esses determinantes políticos e sociais afetam diretamente os estudantes mais pobres e vulneráveis que, necessariamente, precisam das condições materiais e objetivas, disponibilizadas pela Assistência Estudantil, para ter condições concretas de êxito no decorrer da vida acadêmica.

Além disso, a realização desse estudo se apoiou num conjunto de variáveis que, após sistematizadas, formaram o perfil socioeconômico e cultural do público pesquisado, o que nos possibilitou conhecer e delinear algumas características das pessoas ou de um grupo social em que se está inserido, para, assim, contextualizar seu perfil socioeconômico.

Conquanto, isso nos deu margem para refletirmos a importância dos dados pesquisados, pois o perfil socioeconômico revelou que os estudantes são, quase em totalidade, oriundos de classe pobre, na qual, a maioria dos familiares, não tiveram acesso à educação de forma satisfatória, para que pudessem estar em trabalhos formalizados que garantisse uma renda considerável, pois alguns deles não foram alfabetizados, realizam trabalhos informais e dependem de programas sociais do governo.

Isso nos fez perceber a importância das redes de apoio, seja dos familiares ou dos programas sociais, que contribuem de forma decisiva, em grande parte, para esses estudantes alcançarem seus objetivos, já que, no contexto de dificuldades enfrentadas por eles, percebe-se que muitas famílias apresentaram poucas condições financeiras e, mesmo assim, muitos estudantes estão quebrando o ciclo intergeracional da exclusão da classe pobre nas instituições de educação federal.

É relevante destacar que os programas de assistência estudantil estão dentro da rede de apoio formada por políticas sociais. Nessa perspectiva, a importância da assistência estudantil se dá, ainda mais, porque ela transita nas mais diversas áreas dos direitos humanos, desenvolvendo serviços para a promoção de saúde, promovendo o acompanhamento às diferentes necessidades educativas, atendendo aos estudantes nas suas especificidades, além de fomentar o acesso aos serviços pedagógicos inclusivos e adequados à formação profissional, de acordo com cada área do conhecimento.

Não obstante, é indispensável o provimento dos recursos financeiros, mesmo que mínimos, para investimento do estudante nas suas despesas cotidianas, durante o momento de formação acadêmica, tais como: moradia, alimentação, transporte, materiais didático e de informática, acesso à internet, como também, o auxílio creche, tão necessário para estudantes que são pais e mães ainda durante a vida acadêmica.

No caso particular do IFSertãoPE, a assistência estudantil, atualmente, promove vários programas, destinados a atender os estudantes em vulnerabilidade, dentre esses estão os programas de auxílios financeiros, porém cabe analisar que os programas ofertados não são suficientes para atender às necessidades de cada estudante.

Para isso, o trabalho foi desenvolvido em duas etapas possíveis de responder aos objetivos propostos pelo projeto de pesquisa. Realizamos, inicialmente, uma revisão de literatura sobre a história da educação, por meio da contextualização das teorias que abordam sobre a dualidade entre ensino propedêutico e o tecnológico, bem como as influências que marcaram a construção da educação tecnológica no Brasil.

Com isso, na análise de literatura percebemos que a história da educação tecnológica no Brasil teve avanços e retrocessos, no que tange aos diferentes interesses e projetos de classes, ao quais se apresentam em disputa na realidade brasileira. Em relação aos avanços, é notório que a atual perspectiva do conceito de educação apresenta os IFs, com base na reformulação ao longo da sua história, como instituições que trazem a pesquisa e a extensão junto às atividades de ensino.

Verificamos também a importância desse modelo de educação, que investe nos cursos de formação de professores dentro dos contextos e

demandas de cada região onde estão inseridos. Ainda é possível dar destaque aos cursos disponíveis para jovens e adultos, os quais estiveram excluídos da educação e, atualmente, têm a opção de retornar à vida escolar nos mais diversos cursos. Isso é possível quando os IFs disponibilizam os cursos na modalidade Proeja, que atendem jovens e adultos com distorção idade-série.

Analizamos que, nas discussões dos estudiosos sobre a dualidade da educação propedêutica e a tecnologia, a educação tecnológica, enquanto modelo de formação, não substitui a formação básica, e sim a complementa, pois compreendemos que a dualidade, entre as duas modalidades de educação discutidas, leva-nos a identificar que o projeto liberal se apresenta nos moldes de divisão social de classes, uma vez que se configura como um processo de formação de indivíduos pré-determinados para certos tipos de trabalho, e não almeja, de fato, a superação das desigualdades sociais que permeiam a sociedade de classes sociais.

Todavia, identificamos que a atual educação tecnológica está além de um mecanismo de controle do sistema econômico, pois o atual modelo político pedagógico dos Institutos Federais se deu como estratégia do Governo Federal para democratizar o acesso à educação por meio do processo de expansão e reordenamento estrutural e pedagógico, iniciado no ano de 2008 e que perdurou até 2016.

Esse movimento possibilitou, à classe trabalhadora, o acesso à educação, como meio de adquirir as mínimas condições de superar o ciclo intergeracional da pobreza e galgar melhores oportunidades de vida e acesso ao mercado de trabalho. O que nos possibilitou observar a quebra do ciclo intergeracional, não só do acesso à educação, como também trouxe as possibilidades de quebra do círculo da pobreza geracional, visto que a maioria dos estudantes pesquisados já apresentam nível de escolaridade mais avançado do que seus familiares.

No que tange as origens social, escolar e econômica das famílias dos estudantes pesquisados, é notório que esses determinantes estão deixando de ser um fator decisivo na trajetória escolar desses jovens, pois, verificamos que muitos têm se destacado em relação à escolaridade de seus familiares. Visto que, como mencionamos anteriormente, muitos discentes são os primeiros a cursarem nível superior na família, na qual nem o pai e nem a mãe tiveram

acesso ao ensino básico e, conseqüentemente, também não tiveram acesso ao curso universitário.

Em contrapartida, observamos que quanto menor a renda, menor a escolaridade dos familiares e estudantes, o que ratifica a ideia de que as políticas públicas de inclusão, dos grupos historicamente excluídos, deve ser a base para elevar o nível de escolaridade das pessoas que se encontram em vulnerabilidade.

Também verificamos que os IFs têm promovido muitas ações para se adequar, cada vez mais, ao modelo de educação fundamentado na tríade de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando novas perspectivas dos estudantes que pretendem ir além da aprendizagem prática tradicional, do ensino técnico, que ainda, em algumas instituições, está focado apenas no fazer. Porém, mesmo com essa compressão ainda frisamos que, para efetivar a proposta de expansão e democratização da educação, é necessário promover as condições reais e objetivas para os discentes em situação de vulnerabilidade, isso é possível quando é realizado investimento nos serviços estruturantes institucionais e nos programas da assistência estudantil.

Portanto, é de extrema importância fomentar a realização e proporcionar condições para pesquisas como esta, pois servirá de apoio para outros estudos, como também é uma importante fonte de dados disponível para planejar, reordenar e avaliar toda a instituição, bem como os programas, face às necessidades apontadas diretamente pelo público alvo da Assistência Estudantil.

Desse modo, dada a importância do tema, consideramos que ainda há muito o que percorrer no campo da pesquisa, portanto, esse campo se mostra fértil de possibilidade para demais pesquisadores. Por fim, este estudo constituiu um contributo importante para o conhecimento da realidade socioeconômica dos estudantes do IF Sertão PE/Campus Petrolina face ao congelamento de duas décadas das políticas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Educação pública e serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. N. 63, São Paulo: Cortez, julho de 2000, p. 62-75.

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Gestão 2007-2008. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf Acesso em: 17 nov.2019.

BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 nov. 1937.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Casa Civil, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Decreto nº 7.763, 23 dez. 1909, RJ. 1909. Altera os decretos ns 7.566 e 7.649, de 23 de setembro e 11 de novembro últimos, referentes á criação de escolas de aprendizes artifices, nas capitães dos Estados, e á nomeação de professores para os respectivos cursos noturnos - primario e de desenho. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, 25 dez. 1909.

_____. Decreto n ° 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do Art.36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Casa Civil, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

_____. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil— PNAES. **Diário Oficial da União**, Casa Civil, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

_____. IFSertãoPE. Resolução nº N°46 do Conselho Superior, de 25 de setembro de 2015. Aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Petrolina, PE, 30 set.2015. Disponível em: https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/IF_Sertao-PE/Documentos/Conselho-Superior/Resolucoes/2015/resolucao_46_2015.pdf. Acesso em 06 de Fev. 2020.

_____. IFSertãoPE. Resolução nº 36 do Conselho Superior, de 31 de julho de 2019. Primeira atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2019- 2013, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão-PE, Petrolina, PE, 02 ago.2019. Disponível em <https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/Consum/2019/Resoluo%20n%2036.pdf>. Acesso em 06 de Fev. 2020.

_____. IFSertãoPE. Resolução nº 13 do Conselho Superior, de 02 de julho de 2020. Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão-PE, Petrolina, PE, 02 jul.2020. Disponível em: <https://www.ifsertao->

pe.edu.br/images/Consup/2020/Resolu%20n%2013%20RegGeral%201.pdf. Acesso em Acesso em 06 de Fev. 2020.

_____ Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Casa Civil, Brasília, DF, 09 dez. 1994.

_____ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Casa Civil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____ Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Casa Civil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____ Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Casa Civil, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

_____ Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Casa Civil, Brasília, DF, 12 jan. 2010.

_____ Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/13175-centenario-da-rede-federal-de-educacao-profissional-e-tecnologica> Acesso em 06 de Fev. 2020.

_____ Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007.

_____ Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/historico> Acesso em 10 de Jul. 2020.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, 41 ed., Cortez, 2014.

CAVALHEIRO, Josiela Silveira. **O programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios**. Pelotas, BR-RS, 2013.

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2013.

Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em 29 set. 2020,

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada a Escola e o Trabalho como lugares de Memória e de Identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, oct. 2008.

_____. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho e Educação**, v.23, n.1, 2014

CRESWELL, John. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2009.

DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso. **Lugar de jovem é na universidade! Políticas públicas de educação e a ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro**. Cadernos ADENAUER XVI. 2015. nº1.

FENTON, Steve; CHAVES, Joana. **Etnicidade**. 2003.

FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo, 1966: Dominus.

FERREIRA, Etienne Figueiredo. **Avaliação política da política de assistência estudantil: repercussões frente à expansão da Educação Profissional no IFRN** – Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Natal, 2017.

FERREIRA, Vera Suely Moraes. **Repensando a prática do assistente social no âmbito educacional**. CBASSS, 2004 - . Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/eventos/br-cbass-con-10-po-12.htm> . Acesso em 10 out. 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia da Pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONAPRACE, **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**

<http://www.andifes.org.br/wpcontent/uploads/2019/05/V-Pesquisa-NacionaldePerfilSocioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES2018.pdf> Acesso em 15.02.2020.

FONAPRACE: **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de

Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984

GHIRADELLI, Paulo Junior. **História da educação brasileira**. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese (Doutoramento em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2012.

LÜCK, Heloísa. A aplicação do planejamento estratégico na escola. **Revista gestão em rede** v.19, p. 8-13, 2000.

LUKÁCS, Georg. **Marxismo ou existencialismo**. São Paulo: Ed. Senzala, 1967.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MOTA JUNIOR, William Pessoa da; MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras. **Educação & Realidade** V.39, n.4, p. 1137-1152, 2014.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. *Holos* 2, 2007.

_____. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Emancipação**, v. 6, n.1, p. 25-40, 2006.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Assistência Estudantil nos IFS**. 1. Ed - Aracaju: Edifs, 2014. 173 p.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia–IFETs. **Revista Retta**, n. 1, p. 89-110, 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. Organizadores, Eliezer Moreira Pacheco, Valter Morigi. - Porto Alegre:Tekne, 2012.

_____, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. - Natal: IFRN, 2018.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

Ramos, Marise Nogueira. Implicações políticas e pedagógicas da EJA integrada à educação profissional. **Educação & Realidade**, v.35, n.1, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional – Dados eletrônicos** (1 arquivo: 585 kilobytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5).

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**. Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

SAVIANE, Demerval. **Sobre a concepção de Politécnica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 1989

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. Rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007

SILVA, Caetana Juracy Resende. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões** / Organização, Caetana Juracy Resende Silva. – Natal: IFRN, 2009. 70 p.

SILVA, Jesué Graciliano. **A expansão da rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2017.

SILVA, Marcela Mary José (org.). **Serviço Social na educação: teoria e prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

SOARES, Manoel de Jesus Araújo. As escolas de aprendizes artífices-estrutura e evolução. *In*: **Fórum educacional**. 1982.

SOUSA, Livia Mesquita de. **Significados e sentidos das casas estudantis: um estudo com jovens universitários.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço social e educação: uma questão em debate.** Interface. Natal, n, p. 27-41, 2005.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

XAVIER, **Alessandra de Muros.** **Serviço Social e Educação. Análise do reconhecimento social e das experiências profissionais construídas nos diversos campos da política educacional.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio De Janeiro, Escola de Serviço Social Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2008.